



ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA

# da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1991

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. João Domingos F. de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.os 15/VI e 16/VI e das audições parlamentares n.os 2/VI e 3/VI.

Em sessão dedicada a assuntos de interesse regional, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados João Maria Oliveira Martins (PSD), António Braga (PS), Jorge Lacão (PS), Macário Correia (PSD), André Martins (Os Verdes), Roleira Marinho (PSD), Vítor Caio Roque (PS), António Paulo Pereira Coelho (PSD), Rogério Brito (PCP), José Cesário (PSD), Manuel Queiró (CDS), Agostinho Lopes (PCP), João Silva Maçãs e Álvaro Martins Viegas (PSD), José Apolinário (PS), António Vairinhos (PSD), Marques da Silva (PS), Guilherme Silva (PSD), Carlos Lélis (PSD), Rui Marques (CDS) e Vasco Miguel (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Alberto Cerqueira de Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Álvaro José Martins Viegas.  
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.  
Ana Paula Matos Barros.  
António de Carvalho Martins.  
António do Carmo Branco Malveiro.  
António Esteves Morgado.  
António Fernandes de Sá e Abreu.  
António Joaquim Correia Vairinhos.  
António José Barradas Leitão.  
António José Cacíro da Mota Veiga.  
António Manuel Fernandes Alves.  
António Maria Pereira.  
António Paulo Martins Pereira Coelho.  
António Roleira Marinho.  
António da Silva Bacelar.  
Arlindo da Silva André Moreira.  
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.  
Arménio dos Santos.  
Belarmino Henriques Correia.  
Bernardino Gata da Silva.  
Carlos Alberto Lopes Pereira.  
Carlos Almeida Figueiredo.  
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.  
Carlos Manuel Marta Gonçalves.  
Carlos Manuel Oliveira da Silva.  
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.  
Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.  
Cecília Pita Catarino.  
Delmar Ramiro Palas.  
Domingos Duarte Lima.  
Domingos José Soares Almeida Lima.  
Duarte Rogério Matos V. Pacheco.  
Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.  
Elói Franklin Fernandes Ribeiro.  
Ema Maria Lóia Paulista.  
Fernando Carlos Branco M. Andrade.  
Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
Fernando dos Reis Condesso.  
Fernando Santos Pereira.  
Filipe Manuel da Silva Abreu.  
Francisco Antunes da Silva.  
Francisco João Bernardino da Silva.  
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
Guilherme Henrique V. Rodrigues Silva.  
Hilário Torres Azvedo Marques.  
Jaime Carlos Marta Soares.  
José Alberto Granja dos S. Silva.  
João Álvaro Poças Santos.  
João Domingos Abreu Salgado.  
João José Pedreira de Matos.  
João José da Silva Maçãs.  
João do Lago Vasconcelos Mota.  
João Maria Leitão de Oliveira Martins.  
Joaquim Cardoso Martins.  
Joaquim Eduardo Gomes.

Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
Joaquim Maria Fernandes Marques.  
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.  
José Alberto Puig dos Santos Costa.  
José de Almeida Cesário.  
José Augusto Santos da Silva Marques.  
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.  
José Fortunato Freitas Costa Silva.  
José Guilherme Reis Leite.  
José Júlio Carvalho Ribeiro.  
José Leite Machado.  
José Macário Custódio Correia.  
José Manuel Borregana Mcircles.  
José Manuel da Silva Costa.  
José Mário Lemos Damião.  
José de Oliveira Costa.  
José Pacheco Pereira.  
José Pereira Lopes.  
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.  
Licínio Moreira da Silva.  
Luís António Carrilho da Cunha.  
Luís António Martins.  
Luís Carlos David Nobre.  
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.  
Luís Manuel Costa Geraldes.  
Manuel Antero da Cunha Pinto.  
Manuel Acácio Martins Roque.  
Manuel Castro de Almeida.  
Manuel da Costa Andrade.  
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.  
Manuel Lima Amorim.  
Manuel Maria Moreira.  
Manuel da Silva Azevedo.  
Maria Margarida da C. P. Taveira Sousa.  
Maria da Conceição Figueira Rodrigues.  
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.  
Maria Fernanda Dias Cardoso.  
Maria Leonor Belciza Mendonça Tavares.  
Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
Maria de Lurdes Póvoa Costa.  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.  
Marília Dulce Coelho Morgado Raimundo.  
Mário Jorge Belo Maciel.  
Mário Oliveira Mendes dos Santos.  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira.  
Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.  
Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.  
Rui Alberto Limpo Salvada.  
Rui Carlos Alvarez Carp.  
Rui Fernando da Silva Rio.  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.  
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.  
Simão José Ricon Peres.  
Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
Virgílio de Oliveira Carnéiro.  
Vítor Manuel da Igreja Raposo.  
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Abílio Alcixo Curto.  
Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto Bernardes Costa.  
Alberto de Sousa Martins.

Américo Albino Salteiro.  
 Ana Maria Dias Bettencourt.  
 António de Almeida Santos.  
 António Alves Marques Júnior.  
 António Alves Martinho.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Fernando Correia de Campos.  
 António Fernandes da Silva Braga.  
 António José Martins Seguro.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 António Ribeiro Marques da Silva.  
 Armando António Martins Vara.  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Edite Fátima Marreiros Estrela.  
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.  
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.  
 Eurico José Palheiros de Figueiredo.  
 Fernando Alberto Pereira de Sousa.  
 Fernando Alberto Pereira Marques.  
 Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.  
 Gustavo Rodrigues Pimenta.  
 Helena de Melo Torres Marques.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João António Gomes Proença.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 João Maria Lemos de Meneses Ferreira.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.  
 Jorge Lacão Costa.  
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.  
 José Apolinário Nunes Portada.  
 José Barbosa Mota.  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José Manuel Oliveira Gamciro dos Santos.  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos.  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís Manuel Capoulas Santos.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Julicia Ferreira Baptista Sampaio.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.  
 Mário Manuel Videira Lopes.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rui António Pereira da Cunha.  
 Vítor Manuel Caio Roque.

**Partido Comunista Português (PCP):**  
 Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes.  
 António Filipe Gaião Rodrigues.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Manuel Rogério de Sousa Brito.  
 Maria Odete dos Santos.  
 Octávio Augusto Teixeira.

**Centro Democrático Social (CDS):**  
 José Luís Nogueira de Brito.  
 Manuel Tomás Cortês Rodrigues Quirós.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Rui Manuel Pereira Marques.

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):**  
 André Valente Martins.

**Partido da Solidariedade Nacional (PSN):**  
 Manuel Sérgio Vicira e Cunha.

**Deputados independentes:**  
 João Corregedor da Fonseca.  
 Mário António Baptista Tomé.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

**O Sr. Secretário (João Salgado):** — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: projectos de lei n.º 15/VI (PCP) — Prorrogação do prazo limite de aprovação dos planos municipais de ordenamento do território, que baixou à 6.ª Comissão, e 16/VI (deputado do PSD Luís Pais de Sousa) — Criação da freguesia de Camarneira, concelho de Cantanhede, que baixou à 6.ª Comissão; audições parlamentares n.º 2/VI (PCP) — Sobre a repressão dos estudantes do Porto com bolsas em atraso, que baixou à 3.ª Comissão, e 3/VI (PCP) — Sobre a situação financeira do ensino superior público, que baixou à 8.ª Comissão.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a sessão de hoje é dedicada a assuntos de interesse regional.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Maria Oliveira Martins.

**O Sr. João Maria Oliveira Martins (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O desenvolvimento do distrito de Braga tem, naturalmente, problemas que são os de todo o Noroeste de Portugal. Mas tem também problemas específicos das 750 000 pessoas que residem nos seus 14 concelhos e dos quais temos o dever de falar.

A resolução desses problemas depende, em primeiro lugar, dos que ali habitam ou são deles os seus representantes legítimos, mas, não tenhamos ilusões, para a modernização das infra-estruturas (vias de comunicação, energia, educação, saúde, saneamento básico e outras) a atitude do Estado, não sendo uma condição suficiente, é, todavia, uma condição necessária.

E é sobre este ponto que desejamos focar a nossa intervenção, cientes de que os recursos do Estado são impostos que se cobram e que as necessidades são muitas e os recursos são insuficientes para satisfazer bom número delas.

Os investimentos da administração central, financiados pelo capítulo 50 do Orçamento do Estado, não têm tido no distrito de Braga o mesmo crescimento que ocorreu em alguns outros. Ao nível do País, tem necessariamente de ser assim, conforme as circunstâncias de lugar e de tempo e, agora numas regiões logo noutras, assim se distribuem as acções prioritárias. Mas, seja qual for a evolução, não se perde a necessidade de assinalar os estrangulamentos ou bloqueamentos que duram há muito tempo.

Ora, há infra-estruturas económicas, para as quais, na actual legislatura, o distrito de Braga é o lugar certo no tempo certo para a sua concretização no quadro de um desenvolvimento, relançado e acelerado pelos governos do PSD a partir de 1985.

Cito alguns exemplos — e tomo-os como exemplos — por estar com eles mais familiarizado. Assim, os grandes eixos de circulação rodoviária, no sentido norte-sul, pelo interior, pelo centro e pelo litoral do distrito, e os eixos transversais, mais a norte ou mais a sul, têm graves estrangulamentos que a auto-estrada Porto-Braga ou o lançamento, anunciado, do itinerário complementar n.º 5 por si só não resolvem.

O programa eleitoral do PSD, elaborado para o distrito aquando das últimas legislativas, refere-os expressamente, pelo que, mal iniciada a legislatura, me dispenso de os enumerar.

Como é indispensável prosseguir o grande esforço levado a cabo nos últimos anos nas estradas nacionais é bom que se recorde, porém, que tais obras levam o seu tempo a ser projectadas e a ser concretizadas. E quatro anos passam muito depressa.

Outro exemplo é o transporte ferroviário entre Porto e Braga. O Gabinete do Nó Ferroviário do Porto, a quem o empreendimento está entregue, tem visto os seus recursos absorvidos por outras obras consideradas prioritárias, como foi o caso da nova ponte sobre o rio Douro e seus acessos. Julgamos, porém, ser altura de avançar para aquele novo empreendimento, agora que a obra da nova ponte do Porto está praticamente concluída. É que a espera, neste caso, vem já do início da década de 70.

Citarei ainda, como último exemplo, as acções imprescindíveis da parte do Estado na conservação e beneficiação da costa marítima do distrito e os problemas do acesso fluvio-marítimo do estuário do Cávado, em Espinho. Há orientações traçadas e estudos realizados que, com a ajuda dos financiamentos das receitas da zona do jogo da Póvoa de Varzim, não merecem ser retardadas na sua implementação.

As acções do Estado, no campo das infra-estruturas económicas, que se supõem maduras para concretização, poderiam prolongar esta sua enumeração, mas elas não podem fazer esquecer as que se referem aos estímulos a actividades directamente produtivas.

E, dentre estas, duas há que se revestem, no distrito de Braga, de especial relevo: a reconversão agrícola e à modernização da indústria têxtil.

A primeira é questão que interessa a meio Portugal e a segunda assume aspectos particularmente graves nos concelhos de Barcelos, Fafe, Famalicão e Guimarães. São os empresários os principais agentes motores daquelas reconversões e modernização, e sem eles elas não se farão porque já ninguém quer nem protecionismos nem paternalismos. Inseridos, como estamos, na Comunidade Europeia quem esperasse ver as coisas de outro modo andaria fora do tempo, mas não se deduza daí que o Estado deva passar ao lado de tão graves problemas económicos e sociais. Complementarmente da iniciativa privada, o Estado deve conceder estímulos em casos totalmente justificados.

A reconversão da agricultura beneficiou já de um período de transição para sua plena inserção na política agrícola comum da Comunidade Europeia em devido tempo negociado e que ainda se não esgotou. Mas subsistem, no Minho, problemas consideráveis de modernização agrícola que importa resolver com recursos e meios porventura

ainda não adoptados e que se ajustem às características muito próprias da lavoura que se faz por esses lados.

Quanto à indústria têxtil, não tardarão a dar resultados mais visíveis as conversações que vêm sendo realizadas no âmbito da Comunidade Europeia para aplicação em Portugal de programas específicos em zonas geográficas especialmente afectadas por problemas de reconversão industrial neste ramo da actividade económica.

Um Governo que soube encontrar solução para os problemas dramáticos do distrito de Setúbal, com a complexidade económica e social que os caracterizava, tem crédito suficiente para se acreditar que ele será capaz da resolução cabal das questões da reconversão industrial em importantes concelhos do distrito de Braga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD apresentou-se ao eleitorado, em Outubro passado, com um programa e com um *leader* que a população escolheu de forma irrefutável. Nem o programa ignorou a escassez dos recursos disponíveis, nem o *leader* pertence ao número dos que fogem ao rigor da sua aplicação.

O Governo, apoiado pelo PSD, viu já aqui aprovado o seu Programa que é, naturalmente, o primeiro desenvolvimento de um programa eleitoral ganhador. As decisões desta Assembleia e do Governo constituirão, no decurso da legislatura, as acções concretas decorrentes de tais programas. A população do distrito de Braga em consonância com a maioria do País escolheu, por maioria de votos e grande maioria de deputados, que fossem esses os ingredientes essenciais da política nesta legislatura. Pelo nosso lado temos o espírito mobilizado e seremos uma voz intervencente para que o mandato eleitoral seja exercido de acordo com as escolhas feitas.

#### *Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de felicitar o Sr. Deputado João Maria Oliveira Martins por, finalmente, ter descoberto os caminhos para o distrito de Braga. Talvez o tenha feito para justificar hoje a sua candidatura por esse distrito mas esqueceu-se, naturalmente, que foi ministro durante seis anos e veio agora aqui lamentar a ausência de algumas infra-estruturas, nomeadamente rodoviárias, e assinalar a existência de outras.

Queria também felicitá-lo porque acrescentou ao distrito de Braga um novo concelho, acabou de fundar um novo concelho — o 14.º Neste momento são só 13 e deverá, naturalmente, dizer-nos qual é o nome desse novo 14.º concelho.

É verdade que o distrito de Braga tem carências várias, algumas das quais apontou, mas não pode demitir-se o Governo de ter contribuído para que essas carências continuem. É insustentável que, por exemplo, de Braga a Guimarães se demorem, em hora de ponta, cerca de quarenta e cinco minutos para percorrer uma distância de 18 km, quando Braga e Guimarães são os dois pólos essenciais do desenvolvimento do distrito que potenciam a riqueza económica mais importante.

E que dizer, Sr. Deputado, do trabalho infantil e da reconversão industrial que está por fazer e que, apesar das promessas, nunca mais avança?

E, no domínio da saúde, a ausência de um grande hospital central que permita ou que evite que os cidadãos do

distrito — como o Sr. Deputado Miguel Macedo bem sabe — tenham que recorrer sistematicamente em situações dramáticas, muitas vezes dramáticas de assistência e outras de risco de vida, a outros locais como, por exemplo, o simples retirar de um corpo estranho de um olho que, quantas vezes, é preciso ir ao Porto porque em Braga não há condições para o fazer?

E que dizer das 200 000 crianças, que há pouco referi, do trabalho infantil e sobre as quais ninguém se pronuncia e o Governo continua insensível?

Gostava de ouvir o Sr. Deputado João Maria Oliveira Martins pronunciar-se sobre estas questões porque, como também deve saber, e não deve ter citado por não lhe caber no texto, Braga é o distrito mais jovem de Portugal e, por isso, potencia aí também uma fonte de crescimento, de riqueza na criação de pessoas que vão, naturalmente, contribuir para o desenvolvimento do País.

Accite, Sr. Deputado, as minhas felicitações mas gostaria de ouvir as suas respostas.

(*O orador reviu.*)

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado João Maria Oliveira Martins.

**O Sr. João Maria Oliveira Martins (PSD):** — Sr. Presidente, a minha resposta vai ser breve.

Em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Deputado que não fiz sequer um balanço das principais necessidades do distrito de Braga. Aliás, procurei apenas referir que há necessidades do distrito que dependem da acção do Estado, que, aliás, é feita segundo critérios de prioridade que dependem das circunstâncias do lugar e até do tempo porque os recursos são escassos e, por isso, tem que haver um programa ordenado de satisfação dessas necessidades.

Também exprimi a opinião de que o tempo desta legislatura me parece ser o tempo adequado e o distrito de Braga o lugar certo para que alguns dos bloqueamentos tradicionais possam ser resolvidos.

Repto: todos nós sabemos que mais recursos do Estado são mais impostos, e quando se entra nessa área muitas vozes calam-se mas algumas continuam a ter coragem para equacionar, dar tempo ao tempo, dosar os pedidos com a realidade dos recursos e resolver os problemas das populações. Nesses, que têm essa coragem, o eleitorado confia e nos outros, que prometem tudo e não resolvem, o eleitorado não confia.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As questões do ambiente estão na ordem do dia porque, infelizmente, os problemas da degradação ambiental continuam a agravar-se no nosso país.

Falo-vos hoje, de novo, da premente necessidade da adopção, pelos poderes públicos, de um programa de emergência para o combate à poluição do rio Alviela e da ribeira de Ameães, bem como da bacia de Minde/Mira de Aire, cujos depósitos aquíferos contaminados afectam, já de forma drástica, as condições de fornecimento de água às populações locais.

Não se trata, Srs. Deputados, de lançar nesta Assembleia um grito alarmista. Trata-se, tão-só, de dar voz aos milhares de vozes que nas áreas em referência, ano após ano, continuam a ver frustrado o legítimo direito a viver num meio ambiente equilibrado e minimamente saudável.

Alguma coisa — é verdade — tem sido feita. Casos do funcionamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Alcanena e dos processos de ligação à estação dos esgotos industriais das indústrias dos cortumes daquela região.

Porém, nem o funcionamento do sistema está completo nem a ligação dos esgotos industriais se encontra perto de estar concluída. Em consequência, mantêm-se altos níveis de carga poluente sobre o Alviela e a vida das populações continua a degradar-se a olhos vistos. A própria utilização das águas para a agricultura levanta, cada vez mais, problemas do maior maltrato ecológico.

Noutro plano, a contaminação das águas subterrâneas põe em situação de risco a saúde e o bem-estar das populações e as apreensões sobre as condições precárias em que vai ficando a própria nascente do Alviela aumentam de dia para dia, dado o seu alto significado como fonte de abastecimento de água potável a muitos milhares de pessoas.

Srs. Deputados, não partilho das perspectivas saudosistas e quantas vezes antidesenvolvimentistas daqueles para quem todo o mal está no próprio progresso. Mas partilho vivamente o ponto de vista dos que consideram que é urgente garantir um desenvolvimento sustentado e solidário, em que os poderes públicos e a iniciativa privada cooperem activamente na defesa do legado ambiental.

Muito recentemente os autarcas dos concelhos de Alcanena e de Santarém vieram expor aos grupos parlamentares a crueza das realidades com que estão confrontados e apelar à nossa solidariedade na defesa de soluções urgentes e práticas para os problemas do combate à poluição.

Creio, assim, ser nosso dever — de nós todos, sem exceção — contribuir na medida das nossas possibilidades para encontrar as soluções que a premência das situações de crise inegavelmente impõe.

Se, por um lado, lamento que iniciativas tomadas pelo PS na legislatura passada não tenham tido sequência por parte da maioria, por outro lado, gostaria hoje, sobretudo, de sensibilizar os Srs. Deputados da maioria e o Governo para a importância de todos darmos as mãos na procura de respostas eficazes para problemas que se arrastam sem solução.

Por isso, tomo a iniciativa de apresentar um projecto de deliberação para que este Plenário decida mandatar a Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente para que efectue, no mais curto prazo, uma deslocação aos concelhos de Santarém, Alcanena e Porto de Mós e elabore um relatório de situação sobre o estado ambiental suscetível de apreciação pela Assembleia da República até à aprovação do Plano e do Orçamento do Estado para o ano de 1992.

Creio que, deste modo, poderemos dar um passo significativo de contribuição para a realização do interesse público.

Creio, Srs. Deputados, que, neste modo, cumpriremos bem o mandato popular que aqui nos trouxe.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Macário Correia e André Martins.

Tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostava de ficar melhor esclarecido acerca de alguns aspectos que o Sr. Deputado Jorge Lacão aqui levantou.

Em primeiro lugar, não terá dito que foram investidos nessa região, nos últimos cinco anos, 2 milhões de contos a preços actuais em obras realizadas e visíveis na bacia do Alviela, que se concretizaram numa estação de tratamento de efluentes e noutras obras complementares, algumas das quais foram submetidas a concurso recentemente, conforme talvez seja do conhecimento do Sr. Deputado, embora não tenha sido aqui referido.

Por outro lado, importava dizer que no Verão de 1991 ainda havia poluição, que inequivocavelmente não devemos recusar nem deixar de reconhecer, mas foi, todavia, uma situação menos má do que a que anteriormente existia, e a prova desse facto é a posição assumida pela junta de freguesia e pelos partidos políticos de Pernes em relação a essa matéria no último acto eleitoral, em contraposição àquilo que habitualmente tinham por procedimento.

Também aqui não foi dito, e gostava de ser esclarecido a esse respeito, para onde vão os esgotos urbanos, que são de responsabilidade municipal, em Alcanena e em Pernes, que pertencem ao concelho de Santarém, uma vez que compete às câmaras municipais dar o tratamento adequado aos esgotos domésticos e urbanos, bem como aos resíduos sólidos urbanos.

Da mesma forma, ficámos sem saber o que é que as Câmaras Municipais de Alcanena e de Porto de Mós têm feito aos esgotos urbanos e domésticos de Minde e de Mira de Aire, qual é a localização que discutiram e acordaram para essa estação de tratamento — se é que, porventura, o fizeram — e quais os passos que deram, porque há iniciativas que lhes competem. Devo dizer que os esgotos urbanos domésticos são da competência dos municípios e que os esgotos industriais são da competência dos próprios industriais, a qual deve ser vigiada e fiscalizada, para cumprimento da lei, pelos poderes do Estado.

O Estado, naquela região, investiu as verbas referidas e exemplos claros dos últimos tempos indicam que a situação melhorou, ainda que não esteja bem, pelo que muito mais tem que ser feito. Recordo ainda que durante o último ano, e em particular neste Verão, a EPAL deixou de introduzir nas condutas para Lisboa quantidades consideráveis de água para que tivesse um efeito de diluição no caudal natural do rio Alviela, o que melhorou substancialmente a situação.

Era sobre esses aspectos e outros que, eventualmente, não foram referidos e sobre o caso concreto dos destinos que as câmaras municipais dão aos efluentes urbanos e domésticos da sua responsabilidade, que gostava que o Sr. Deputado Jorge Lacão se pronunciasse também.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão: Quero, em primeiro lugar, felicitá-lo por trazer ao Plenário da Assembleia da República uma questão para a qual, ao longo de anos, o Partido Ecologista Os Verdes tem persistentemente alertado a opinião pública sempre que tem oportunidade de intervir nesta Câmara, bem como a nível nacional.

No entanto, chamo-lhe a atenção para o facto de considerarmos que, ao longo destes anos, o Partido Socialista não tem acompanhado, com a persistência que entendemos necessária, tendo em consideração, inclusive, as suas responsabilidades eleitorais nos concelhos de Santarém e de Alcanena, este problema da forma urgente como necessita de ser tratado.

Quero ainda perguntar-lhe, Sr. Deputado, se considera que as declarações do Sr. Secretário de Estado do Ambiente ontem proferidas aos autarcas de Santarém servem para resolver os problemas do ambiente, ...

O Sr. João Rui Almeida (PS): — Ficou zangado com esta intervenção?

O Orador: — ... designadamente se os 400 000 contos que o Governo está disposto a investir no Alviela vão resolver os problemas desse rio e se dentro de algum tempo podermos aí tomar banho.

O Sr. Presidente: — Para responder, se o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Macário Correia: Em primeiro lugar gostava de fazer duas precisões: não há partidos políticos de Pernes, há partidos políticos que, naturalmente, têm intervenção política em Pernes, muito particularmente o meu, que nesta última campanha eleitoral se esforçou, através de medidas políticas muito intensas, em apelar à participação cívica da população de Pernes no acto eleitoral. Estou mesmo convencido que foi devido a uma campanha intensa de apelo a essa mobilização cívica que, desta vez, a população de Pernes não boicotou esse acto eleitoral.

Já não podemos dizer a mesma coisa da população de Vaqueiros, como certamente o Sr. Deputado Macário Correia saberá, mas quero dizer-lhe que a sua saída recente da Secretaria de Estado a que pertencia, naturalmente por vocação que todos lhe reconhecemos, e onde tinha um trabalho activo, estará talvez a contribuir para ficar rapidamente desactualizado.

Faz-me algumas perguntas em relação às quais o Sr. Deputado deveria saber bem as respostas! Tenho, em todo o caso, muito gosto, dado que disponho de dois *dossiers* muito recentes, um sobre a problemática do Alviela e outro sobre a da bacia de Minde/Mira de Aire, com todas as questões ligadas à situação ambiental daquelas zonas ribeirinhas, de lhos fornecer para que o Sr. Deputado rapidamente se reactualize quanto aos problemas ambientais daquela zona.

E não foi por acaso que dezenas de autarcas destes concelhos, na semana que agora finda, vieram à Assembleia da República mais uma vez sensibilizar todos os grupos parlamentares sem excepção para que procuremos dar aqui voz e ênfase aos problemas com que continuam confrontados. Esta é, politicamente, a questão essencial — saber se todos podemos convergir no apoio a um movimento local na tentativa de encontrar todas as soluções construtivas para a superação destas dificuldades. Peço, pois, empenhadamente, ao Sr. Deputado Macário Correia que colabore para que a minha proposta possa ser aprovada.

Uma deslocação da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente à zona referida facilmente poderá determinar o conjunto de investimentos públicos que, efectivamente, já foram feitos — não o nego e até o sublinhei na minha intervenção — mas, para além

disso, poderá também verificar aquilo que, com prioridade e urgência, deve novamente ser posto em marcha. E penso que isso deve acontecer com uma colaboração eficaz entre o poder público da administração central, o das administrações locais e a própria iniciativa privada. Entendo que não devemos encontrar nem na administração central, nem na local, nem nas iniciativas ou poderes privados um bode expiatório em particular, mas ao mesmo tempo esse facto não nos deve inibir de continuar a olhar com olhos de ver para uma situação que é, em si mesma, dramática e de, nesse sentido, procurarmos encontrar as mesmas respostas.

Uma vez feito este apelo ao Sr. Deputado Macário Correia e à bancada do PSD, vou dirigir-me agora ao Sr. Deputado André Martins apenas para lhe sublinhar que não sou o Secretário de Estado do Ambiente e que, portanto, não lhe vou responder se os termos em que ele coloca a perspectiva de solução do problema são técnica e financeiramente os mais adequados para a solução do mesmo problema.

O que quero é valorizar aqui uma posição política que tem o mesmo significado que acabei de referir ao Sr. Deputado Macário Correia: os problemas de defesa do ambiente não são privilégio ou local de cultura especial de nenhum partido nesta Câmara e, portanto, quando estas questões são levantadas a única coisa que me parece construtiva é saber se as questões são levantadas com razão de ser ou sem ela.

O Sr. Deputado André Martins acabou por reconhecer que a minha intervenção tem fundamento. Afinal, é com isso que me congratulo!

**O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!**

**O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.**

**O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.**

**O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, quero apenas dizer que agradeço a oferida documentação que me foi feita por parte do Sr. Deputado Jorge Lacão. Todavia, tenho cópia dos relatórios que ele exibiu e de alguma outra documentação que, através da Mesa, lhe fará chegar.**

Por outro lado, quero constatar, em termos finais, que não obtive resposta às duas questões muito concretas e precisas que lhe coloquci.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontram-se a assistir à sessão um grupo de alunos do Externato A Minha Escola, de Paço de Arcos, e um grupo de alunos da Escola Secundária de Forte da Casa, de Vila Franca de Xira, para os quais peço a vossa habitual saudação.**

*Aplausos gerais.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

**O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É por todos reconhecido que pelo País perpassa um movimento de ressurgimento e de desenvolvimento, e disso também é exemplo claro o distrito de Viana do Castelo, onde, cada vez mais, as populações se mobilizam à volta dos grandes objectivos comuns.**

Um dos motivos que hoje preocupa as gentes do meu distrito é, sem dúvida, o estado de abandono e de degradação dos seus dois grandes rios — o rio Lima e o rio Minho —, ambos com origem em Espanha. E, servindo o rio Minho de fronteira com aquele país vizinho numa extensão de algumas dezenas de quilómetros, é sobre ele que me proponho trazer à Assembleia da República um conjunto de problemas que há muito se impõe serem devidamente equacionados.

Foi o rio Minho, durante séculos, fonte principal de rendimento das populações que à sua volta se acolhem, de um e do outro lado da fronteira, e hoje, em resultado das agressões de que o rio é alvo, da poluição crescente e também do assoreamento natural, quase se extinguiram as espécies piscícolas, vivendo o homem de costas voltadas para este belo curso de água, que poderia e deveria ser atração natural de toda a região do Alto Minho.

A pesca e a navegação quase desapareceram; a degradação das margens é assustadora; o assoreamento do rio torna-o desolador e a poluição deixa turvas as suas águas. As queixas surgem de todos os lados — das populações, dos turistas e dos pescadores — mas ninguém intervém! A barra do rio está a tornar-se cada vez mais perigosa, como, aliás, se constata ao compararmos o número de acidentes mortais que se verificaram naquela zona nos últimos 20 anos.

Cientes da urgente necessidade de proceder a trabalhos que rentabilizem o rio Minho, as diversas autoridades locais procuram alertar e reflectir sobre as questões que o estado do rio e a sua área adjacente actualmente levantam, tentando encontrar, com o consenso de todos os níveis da administração pública portuguesa e espanhola envolvidos, vias institucionais adequadas para o debate e tratamento dos problemas e seu posterior encaminhamento até às sedes competentes para as solucionar. Assim, surgiu o Grupo de Trabalho Institucional para o Troço Internacional do Rio Minho, agrupando os municípios portugueses que compõem o agrupamento de concelhos do Vale do Minho e os municípios espanhóis banhados pelo rio e ainda os governadores civis de Viana do Castelo e de Pontevedra.

Dado o carácter internacional do rio, não podem as decisões tomar-se a nível local, o que torna mais difícil encontrar modos e meios de agir com a brevidade que se impõe.

É certo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que existem outras comissões que se debruçam sobre as questões do rio Minho, como é o caso da Comissão de Limites ou da Comissão Técnica Luso-Espanhola, que têm desenvolvido um trabalho muito útil mas lento, quer pela sua própria composição, quer pelo afastamento geográfico ou grau de periodicidade das suas reuniões.

Um dos últimos problemas surgidos no rio Minho foi a mortandade de peixes que parece resultar da invasão de uma microalga, que, no corrente ano, foi acompanhada pela recolha de amostras permanentes por equipas de diversos organismos públicos, portugueses e espanhóis, no sentido de detectar a sua origem e conseguir debelar a praga e também avaliar do estado de poluição do rio.

O permanente assoreamento do rio Minho traz também problemas de soberania sobre algumas das ilhas que aí se formam. Na realidade, no rio Minho há ilhas de soberania portuguesa, outras de soberania espanhola, outras ainda de soberania mista, e, se tal é reconhecido e pacífico pelas autoridades de ambos os países, surgem, por vezes, grupos de cidadãos e até partidos políticos que se arrogam o direito de pôr em causa tal estatuto, pelo que também aqui haveria

de definir-se, com rigor e sem quaisquer ambiguidades, quais os limites entre os dois países..

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o problema principal do rio Minho é a actual impraticabilidade de navegação e o facto de os recursos piscícolas estarem em extinção.

Urge intervir na recuperação do rio e sua área adjacente, considerando todos os seus particulares aspectos, designadamente os ambientais, culturais, económicos, paisagísticos e turísticos.

Lembramos que, estando em projecto uma barragem a construir por alturas dos limites dos concelhos de Monção e Melgaço e considerando as variações que tal estrutura introduzirá na vida local e no próprio curso do rio, seria trágico que, em conjunto, não se levassem em conta os anseios das populações daquela região, fazendo ressurgir novas actividades ligadas ao rio, geradoras de riqueza e, de algum modo, compensando impactes negativos que, por certo, também resultarão do embalse de Cela, e permitindo, finalmente, que o rio se torne navegável, pelo menos no seu troço entre Caminha e Valença, e recupere a sua tradicional riqueza piscícola, sustentáculo de muitas economias familiares.

As cimeiras ibéricas, nos seus comunicados finais, têm colocado as questões do rio Minho, como de significativa importância para ambos os países, pelo que aqui deixamos o nosso alerta e a esperança de que a breve prazo, a par das importantes obras em curso, como são as das pontes de Valença e de Monção, também a revitalização do rio Minho seja encarada como prioritária, aproveitando a oportunidade dos programas transfronteiriços e a grande disponibilidade de todos os agentes locais para tal problemática.

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Caio Roque.

O Sr. Vítor Caio Roque (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS tem vindo, desde há alguns anos, desta tribuna, alertando a opinião pública, e nomeadamente o Governo, para a onda de xenofobia e racismo que grassa na Europa.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Em debates realizados no estrangeiro, entrevistas e outras iniciativas, tenho tido a oportunidade de denunciar esta situação, de forma a alertar todos para o que já se previa há muito tempo.

Só quem não vivia no estrangeiro, ou esolvesse menos atento, não se apercebia do crescendo de uma onda que era, e é, a do «salve-se quem puder», onde não existem mais a solidariedade e a fraternidade, esses valores essenciais à boa convivência entre os cidadãos do mundo, sejam eles de que nacionalidade forem.

Com a queda do muro de Berlim e dos regimes de Leste, os grupos neonazis e outros da extrema-direita não enxeraram a possibilidade de aliciar aqueles que, por desformaçao, vêm nos trabalhadores estrangeiros — os mal amados — os responsáveis da sua situação social.

Esquecem-se que foram os emigrantes os grandes impulsionadores da reconstrução da Europa moderna, democrática, multirracial e multicultural.

Esquecem-se que têm sido os emigrantes aqueles que, sem complexos, são capazes de agarrar em qualquer trabalho, contribuindo assim para o futuro das grandes nações europeias.

O PS não pode deixar de apelar para as autoridades nacionais e dos países de acolhimento, no sentido de investigarem todos os contactos existentes com as organizações de extrema-direita; principalmente as neonazis, e agremiações com as suas congêneres a nível internacional.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Mais uma vez apelo aqui para que seja feito um levantamento sobre a perseguição xenófoba de que estão a ser alvo os nossos irmãos dos PALOP, que vivem e trabalham no nosso país.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — É, pois, necessário que as autoridades portuguesas consigam detectar os movimentos racistas e xenófobos existentes no nosso país, de forma a que aqueles que connosco convivem e partilham o seu dia-a-dia não sejam alvo das atrocidades que contra outros, nomeadamente os nossos concidadãos, têm vindo a ser cometidas já em quase todos os países da Europa.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Torna-se necessário que, no quadro das relações bilaterais com os países de acolhimento — nomeadamente os da CEE —, se tomem as medidas necessárias a evitar o alastrar deste crescendo da xenofobia e do racismo que grassam na Europa.

Os nossos concidadãos não nos perdoariam se ficássemos calados e serenos perante tão grande ameaça à Humanidade.

*Aplausos do PS.*

Os nossos concidadãos não nos perdoariam se ficássemos calados perante as agressões de que já foram alvo nos vários países onde trabalham e residem, nomeadamente, na semana passada, no Luxemburgo.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Esperamos da parte de todos os partidos aqui representados, e principalmente do Governo, um grande movimento de solidariedade no sentido de defendermos a integridade física e moral de todos aqueles que sofrem hoje os maiores vexames e agressões.

Não podemos esquecer os anos 30!

*Aplausos do PS e do deputado independente João Corregeror da Fonseca.*

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Paulo Pereira Coelho.

O Sr. António Paulo Pereira Coelho (PSD): — Sr. Deputado Vítor Caio Roque, utilize esta figura regimental para lhe dizer que estou completamente de acordo, no fundamental, com tudo o que acabou de dizer. Quero

também dizer-lhe, em nome da minha bancada e do círculo eleitoral que aqui represento, que compartilhamos das suas preocupações.

Penso que há muito a fazer para tentarmos solucionar todas as questões que abordou. Manifesto desde já a minha total disponibilidade para, em conjunto, encontrarmos formas de, de um modo mais objectivo, contribuir para, de alguma forma, solucionar esse tipo de problemas que estão a afectar os nossos compatriotas que residem no estrangeiro.

Mas também em relação àqueles que procuram Portugal para trabalhar há que ter desde já uma palavra pedagógica dentro do nosso país. Se reclamamos respeito para com os nossos compatriotas que vivem e trabalham no estrangeiro, também deveremos, na nossa própria casa, exigir respeito por aqueles que procuram Portugal para viver e trabalhar.

**O Sr. José Apolinário (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Quero, em suma, dizer-lhe que estamos completamente de acordo consigo e que, mais uma vez, a minha bancada e eu próprio nos disponibilizamos para tomar as iniciativas que entendermos, em conjunto, como benéficas e necessárias a contribuir para esse grande debate sobre o combate a determinadas formas políticas que estão a ressurgir um pouco por toda a Europa e um pouco por todo o mundo. Importa realmente que todos nós, os que fazemos parte da grande família democrática ao nível mundial, combatamos desde já essas mesmas forças, antes que elas começem a tomar as formas que tiveram no passado.

*Aplausos do PSD e do PS.*

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

**O Sr. Rogério Brito (PCP):** — Sr. Deputado Vítor Caio Roque, quero não só, logicamente, manifestar a minha adesão às preocupações aqui trazidas pelo Sr. Deputado, mas também colocar duas questões importantes.

Se, por um lado, é necessário que o Governo adopte todas as medidas adequadas a preservar a segurança e os direitos dos nossos emigrantes, é também necessário que a comunidade internacional entenda por que é que esta crise de xenofobia e racismo se expande tão rapidamente no seio da própria Europa. Importa que todos nós nos debruçemos sobre, no fim de contas, a crise dos valores culturais, a consciência do valor da pessoa humana e o porquê deste fenómeno, que encobre uma crise económica forte no seio da própria comunidade europeia, e sobretudo sobre a necessidade de alertar as consciências para aquilo que é imperioso e para a responsabilidade que nos cabe no desenvolvimento dos países do sul, porque só assim poderemos encontrar as condições necessárias a uma coexistência em que o respeito da pessoa humana seja um primado.

Estes são aspectos que, segundo penso, não podem ser dissociados do problema levantado pelo Sr. Deputado Vítor Caio Roque.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Caio Roque.

**O Sr. Vítor Caio Roque (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Resta-me agradecer a contribuição que os Srs. Deputados acabaram de dar e exclamar o seguinte: vamos ao trabalho e vamos, pelo menos, tentar que a subcomissão de emigração se não venha a debater, durante esta legislatura, com as dificuldades que atravessou na última legislatura, de forma a que, efectivamente, estas questões venham a ser discutidas e submetidas quer à Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, quer, de novo, ao Plenário!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

**O Sr. José Cesário (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao proferir a minha primeira intervenção no Plenário da Assembleia da República no decurso desta VI Legislatura, não posso deixar de dirigir uma especial saudação a todos os Srs. Deputados, independentemente da bancada que ocupam, nomeadamente àqueles que pela primeira vez aqui se sentam, com especial destaque para os do meu círculo de origem, Viseu.

É exactamente sobre algumas das grandes questões que afectam o meu distrito que quero hoje debruçar-me, esperando poder, com esta intervenção, contribuir para a resolução de muitos dos problemas que nos afectam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Viseu é hoje, mais do que uma simples capital de distrito, a capital e o grande polo dinamizador de uma autêntica região que se estende da serra da Estrela à serra do Caramulo e do rio Douro à serra do Buçaco, com uma identidade cultural e social alicerçada na realidade e na tradição política do distrito, aqui assumida e assimilada de forma inequívoca. Mas tal posição de clara liderança regional advém do desenvolvimento atingido, graças a um esforço global concertado ao longo dos anos entre a administração central e o poder local, assumindo o actual executivo municipal de Viseu um papel ímpar na definição de políticas locais que projectarão o concelho e a região para um futuro cada vez mais promissor e liberto das limitações e dos anquilosamentos do passado.

A Câmara Municipal de Viseu, liderada por um presidente jovem e dinâmico, tem sabido superar o marasmo de outros tempos, conciliando os apoios do Governo com os seus próprios meios, permitindo-se assim perspectivar a resolução de muitos dos problemas que nos têm afectado.

**O Sr. António Paulo Pereira Coelho (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — É assim que, de entre as questões até aqui encaradas frontalmente e em que se verificou uma intervenção decisiva dos últimos governos, me permito destacar a realização do concurso para a conceção e construção do novo hospital de Viseu e o desenvolvimento imprimido ao ensino superior politécnico.

Quanto ao novo hospital, cuja problemática já tive oportunidade de abordar nesta Câmara em anterior intervenção, é um anseio bem antigo de todos os viseenses, desde sempre adiado por sucessivos anteriores governos e cuja resolução só agora foi finalmente encarada. Trata-se, assim, de substituir um edifício velho e já claramente ultrapassado por uma nova unidade, moderna e pensada para o futuro, com cerca de 620 camas, que poderá assim responder às crescentes necessidades desta região.

Por outro lado, assistiu-se e continua a assistir-se a um significativo investimento no domínio do ensino superior politécnico, contando o actual Instituto Politécnico de Viseu com duas escolas, a Escola Superior de Educação e a Escola Superior de Tecnologia, além de cursos recentemente criados que constituem o embrião de uma escola superior agrária.

Deste modo, a formação neste Instituto encontra-se hoje diversificada, com cursos virados para as necessidades da infra-estrutura económica regional, em áreas como a gestão, a electricidade, a electrónica e a tecnologia das madeiras, entre outras, fundamentais para o tecido empresarial local, que — estamos certos — daqui retirará infindáveis benefícios, possuindo ainda um segundo pólo na cidade de Lamego, que lhe dá uma dimensão regional.

Por outro lado, o Instituto Politécnico de Viseu encontra-se a ser alvo de investimentos de largas centenas de milhar de contos em instalações modernas e amplas que dignificarão a região. É assim que se encontram em fase de conclusão os edifícios da Escola Superior de Educação e o primeiro pavilhão da Escola Superior de Tecnologia, para a área da engenharia das madeiras, tendo ainda sido abertos os concursos internacionais para algumas das fases que se seguirão — o edifício central do Instituto Politécnico e da Escola Superior de Tecnologia e as infra-estruturas sociais e desportivas que lhe são inerentes.

Penso, aliás, que será através de uma aposta absoluta no desenvolvimento deste Instituto, que já hoje concede vrias licenciaturas, que podremos, de uma forma realista e não demagógica, atingir uma das mais antigas pretensões de Viseu — a criação da sua universidade, a qual não poderá nascer de um qualquer decreto ou lei mas, sim, de uma instituição desejavelmente cada vez mais prestigiada e respeitada no contexto educativo e científico nacional. Tal reivindicação, que assumo de uma forma clara, ganhará ainda maior consistência se atendermos ao facto de Viseu ter hoje cerca de 3500 alunos nas suas diversas escolas do ensino superior, o que revela aqui a vitalidade e a dimensão da região.

Aliás, cometaria uma grave injustiça se não referisse aqui o papel hoje desempenhado pela secção de Viseu da Universidade Católica, que tem prestado um serviço ímpar à região, tendo só muito recentemente sido alvo de alguns significativos apoios governamentais através do PRODEP.

Porém, se muitos passos têm sido dados no sentido da transformação da região, que não se fique a pensar que Viseu é um «mar de rosas», pois muitas carências se mantêm, às quais urge fazer face de forma frontal. De entre tais questões, permito-me destacar alguns problemas essenciais a nível quer da cidade de Viseu, quer de todo o vasto distrito.

Em primeiro lugar, destaco a problemática da segurança e da justiça, que começa a ganhar uma nova dimensão sobretudo a nível das novas metrópoles urbanas, como Viseu, impondo-se hoje a criação de uma segunda esquadra da Polícia de Segurança Pública, aumentando-se assim decisivamente o número de efectivos com vista a uma eficaz cobertura de toda a zona urbana, além da construção de um novo quartel para a GNR e da instalação de uma secção da Polícia Judiciária e um novo edifício para o tribunal judicial.

No plano das vias de comunicação, várias são as necessidades, sem esquecermos, porém, que este é um dos sectores em que indubitavelmente mais se fez nos últimos tempos, destacando-se as seguintes: ligação do IP-3 ao IP-5, junto a Viseu; conclusão do IP-3, com destaque para

os troços Viseu-Lamego-Vila Real, Fail-variante de Tondela e variante de Tondela-Santa Comba Dão; conclusão da estrada nacional n.º 229 (Viseu-São João da Pesqueira); construção e rectificação da estrada Viseu-Vila Nova de Paiva-Moimenta da Beira; conclusão da construção das áreas de serviço do IP-5 e do IP-3 e dos respectivos sistemas de SOS.

Por outro lado, e voltando ao domínio da educação, julgo dever salientar mais algumas necessidades dignas de especial relevo: a criação de novas residências para estudantes do ensino secundário e do ensino superior; a construção de novas escolas C+S no Viso e em Mundão, no concelho de Viseu; o desenvolvimento de uma nova rede de escolas básicas integradas no espírito da nova reforma educativa; a construção de novas infra-estruturas desportivas nas escolas da região, com destaque para tanques de aprendizagem de natação e polivalentes desportivos cobertos e descobertos, para além da conclusão da rede de escolas C+S e secundárias nos concelhos periféricos de Viseu e na globalidade do distrito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabemos que muitos problemas existem nesta região em muitos outros domínios, que, por óbvias razões de escassez de tempo, não poderemos aqui abordar hoje, mas quereríamos sobretudo fazer soar alto o nome de Viseu nesta nobre Assembleia, procurando contribuir para um seu mais completo conhecimento e alertar esta e outras instituições do poder político para a vontade e os anseios dos beirões.

Espero assim poder contribuir, de uma forma não demagógica, para um esforço colectivo, que não poderá ser apenas deste ou daquele deputado, deste ou daquele partido, do poder central ou do poder local, isoladamente, mas sim de todos, de uma forma concertada, privilegiando o que nos une em detrimento do que nos separa.

É assim, em nome de uma análise objectiva e justa de todas as questões expostas, que termino, reconhecendo o evidente e inequívoco esforço dos governos liderados pelo Prof. Cavaco Silva em prol do desenvolvimento da região de Viseu, mas desejando igualmente que tal labor não cesse, pois muito há ainda por fazer conciliando as acções do Estado com a iniciativa privada local.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Deputado José Cesário, quero colocar-lhe uma questão que se prende com a sua afirmação de que, para bem da população do concelho de Viseu, o Governo e a actual Câmara Municipal de Viseu desbloquearam muitas situações que em anteriores mandatos da mesma câmara municipal não foram resolvidas.

Tendo em atenção a cor política da anterior Câmara Municipal de Viseu, pergunto-lhe se essa sua observação se traduz, em termos genéricos, numa censura à anterior câmara municipal ou, antes, numa censura à actuação do Governo.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

O Sr. José Cesário (PSD): — Sr. Deputado Manuel Queiró, é evidente que a minha afirmação se traduz numa inequívoca e clara crítica ao anterior executivo municipal de Viseu, liderado, como bem sabe, pelo CDS.

Posso dizer-lhe, aliás, que as perspectivas então evi-denciadas e o modo como o executivo de então projectou o desenvolvimento local criaram problemas que se irão reflectir indubitavelmente no próximo futuro. Cito-lhe o exemplo da construção do novo mercado municipal de Viseu, que, emparedado num zona claramente urbana e sem perspectivas de transformação, de desenvolvimento e de expansão, irá criar anquilosamentos de que de certo todos nos iremos arrepender no futuro e que iremos pagar. Essa falta de perspectivas e a incapacidade para projectar o concelho na perspectiva da liderança da região constituem uma crítica que assumo de uma forma frontal e franca, que já fiz localmente e que continuo a fazer hoje.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

**O Sr. Agostinho Lopes (PCP):** — Sendo esta a primeira vez que falo desta tribuna, começo por saudar o Sr. Presidente e restantes membros da Mesa, todos os deputados e todos os trabalhadores desta Casa.

Mesmo correndo o risco de repetir muita coisa, vou também insistir nos problemas ambientais do distrito de Santarém.

Desde já, damos o nosso acordo à proposta do deputado Jorge Lacão e anunciamos que vamos entregar na Mesa um pedido de audição parlamentar para que, no âmbito da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente, sejam ouvidas não só as autarquias mas todas as entidades com responsabilidades na matéria.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** São conhecidos os graves problemas que, com incidência particular em determinados concelhos, agridem o ambiente e a qualidade de vida no distrito de Santarém.

Consta do Livro Branco sobre o estado do ambiente em Portugal que o distrito apresenta no País a mais elevada carga poluente por habitante. Isto quando a sua industrialização está bem longe de atingir os níveis dos distritos industrializados do litoral. Apresenta igualmente um elevado valor do indicador habitante, equivalente por quilômetro quadrado, o que dá bem a ideia da elevada pressão poluidora que também se faz sentir na rede hidrográfica do distrito.

Por outro lado, é também relativamente baixa a percentagem da população servida pela rede de abastecimento de água (47 %) e ainda mais baixa a percentagem servida por hectare (15 %).

Como se isto não bastasse, este distrito foi, no Verão passado, vítima de uma violenta sucessão de fogos florestais, com inúmeros e elevados prejuízos materiais e morais, acrescidos de danos ambientais certamente de difícil e demorada recuperação. No fim da época estival, o distrito de Santarém apresentava também o triste record nacional de maior área ardida, cerca de 35 000 ha, oito vezes a área ardida em 1990, um quarto da área total ardida este ano no País.

Os incêndios florestais são para o PCP uma enor-míssima e repetida tragédia nacional; não são um «facto político» para esgrimas eleitorais das oposições, como acusam os que pretendem atenuar as culpas ou mesmo desrespon-sabilizar a política de direita pela gravíssima situação a que o desleixo, a incompetência, os interesses instalados e dominantes conduziram a floresta portuguesa — a sua completa inoperância e incificácia na prevenção e combate aos fogos florestais.

As «condições atmosféricas», o «clima», a «mentalidade das populações», os «criminosos fogos postos», são dados que objectivamente estão na origem e ou favorecem o desencadeamento e alastramento dos incêndios florestais, mas não podem servir de desculpa ou de desresponsabilização da necessária intervenção do Estado.

O combate aos fogos florestais passa, naturalmente, pela identificação dos riscos meteorológicos, pela sensibilização e educação do nosso povo para a defesa da floresta, pelo desenvolvimento e aplicação da legislação preventiva e punitiva, respeitante à origem criminosa de tanta fogos, pela criação de sistemas eficientes de prevenção e alerta, pelo reforço do equipamento em meios aéreos e terrestres dos bombeiros e corpos florestais. Mas passa, essencialmente, por outra política agrícola e florestal. Passa pela defesa das pequenas e médias explorações agrícolas, pela sua manutenção e renovação nas zonas serranas. Passa por um verdadeiro ordenamento florestal e pela concretização da floresta de uso múltiplo; passa pela ideia de que os fogos se previnem no Inverno e se combatem atacando as suas causas fundamentais.

O Grupo Parlamentar do PCP retomará oportunamente nesta Assembleia as suas propostas sobre esta importante questão nacional.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** São dois exemplos vivos dos problemas de ambiente do distrito de Santarém, friamente quantificados pelos indicadores que cito, a difícil situação em que hoje se encontram as populações e a indústria de Minde e Mira de Aire com o abastecimento de água e a permanência de graves e sentidas agressões ambientais na bacia do Alviela.

Um e outro, diferente nas suas causas próprias, têm de comum o indefinido protelamento das respostas necessárias, a urgência de uma solução.

Um e outro foram recente e novamente trazidos a esta Assembleia da República. O da bacia de Minde e Mira de Aire, na passada quinta-feira, pelo Sr. Presidente e dois vereadores da Câmara Municipal de Alcanena e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Minde. O da bacia do Alviela por uma larguíssima delegação constituída pelo Sr. Presidente da Câmara, presidente e membros da Assembleia Municipal de Santarém, vários presidentes de juntas de freguesia das populações mais afetadas e outros autarcas.

O nível e amplitude das representações não pode ser ignorado. Nem o seu significado, a vivíssima acuidade dos problemas, o desespero das populações e a necessária prontidão na resposta. Penso que nos vieram dizer: «estamos fartos, estamos cansados de esperar!».

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O problema da conta-minação da água pública que abastece Minde e Mira de Aire assumiu novamente este ano especial gravidade. Desde Setembro que as populações e as fábricas deixaram de poder utilizar a água pública, situação que repete a descrita em 28 de Setembro do ano passado, em ofício da Câmara Municipal de Alcanena dirigido ao Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais: «Milhares de pessoas, há duas semanas a esta parte, quando abrem a torneira encontram água escura, mal cheirosa e altamente contaminada.» População e indústrias estão a ser, mais uma vez e por longos períodos, abastecidos por auto-tanques de diversas cooperações de bombeiros.

O problema é conhecido, o remédio também e há muito: um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais de Minde e Mira de Aire. As promessas na sua concretização também são velhas e repetidas.

Atente-se na lentidão e sinuosidade burocrática de um processo ou a inevitabilidade da situação vivida em 1990 e 1991 pelas populações de Minde e Mira de Aire com os governos que temos tido.

Em 1976 a administração central elabora um projecto de despoluição da bacia de Minde e de Mira de Aire.

Depois de sete anos de silêncio ...

Em 1983 a Direcção-Geral de Saneamento Básico revê o projecto.

Novo interregno de cinco anos, apesar das tentativas dos municípios de Alcanena e Porto Mós em 1986.

Em 1988, a 5 de Fevereiro, reunião na Secretaria de Estado do Ambiente com as autarquias envolvidas. O Sr. Secretário de Estado determinou que a Direcção-Geral dos Recursos Naturais iria rever no imediato o projecto e os seus custos e, ainda em 1988, se investiria no mesmo, com a realização das obras, as quais decorriam em dois anos.

A 25 de Fevereiro há conhecimento de um despacho do Sr. Secretário de Estado a concordar com a estratégia delineada pela Direcção-Geral dos Recursos Naturais.

A 12 de Novembro de 1988, aquando da passagem do Sr. Secretário de Estado por Alcanena, é-lhe lembrado novamente o problema.

Novo vazio de dois anos.

Em 1990, a 5 de Janeiro, em nova reunião na Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais; novas promessas de que o assunto ia ser renovado.

Depois foi «remetida uma intenção de investimento nesta área para o Plano Nacional do Vale do Tejo».

Em 1991, a 8 de Fevereiro, foi presente às Câmaras de Alcanena e Porto de Mós uma proposta (minuta) de contrato-programa, que continha insuficiências e indefinições, que levaram o presidente da Câmara de Alcanena a não o accitar, no imediato, mas disposto a assinar desde que ficassem esclarecidas as suas dúvidas.

A 29 de Novembro de 1991, hoje, as populações de Minde e Mira de Aire continuam com a sua água poluída!

(Segui os dados do memorando entregue pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alcanena.)

Se olharmos para o «desenvolvimento cronológico» do processo, verifica-se que os «intervalos» têm vindo a encurtar-se, pelo que é provável que a curto prazo começem as obras ...

A concretização deste projecto é a correcta e necessária solução de fundo do problema — e lembro que nos encontramos na área protegida, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Será, no entanto, uma obra com um vultuoso orçamento de execução escalonado por dois ou três anos na melhor das hipóteses e segundo os dados conhecidos.

Ora, parece evidente que as populações não podem esperar até 1995, numa situação que irá, certamente, agravar-se em crescendo. Há então que encontrar com urgência o atalho que no curto prazo permita resolver o problema.

A Câmara Municipal de Alcanena tem uma proposta: um projecto de 150 000 contos, a concretizar em seis meses, com uma captação e conduta de água a partir da nascente do Alviela. Parece razoável. Financeiramente, pouco exigente para a administração central, mas incompatível com as exígues disponibilidades municipais. Há um óbice. A assinatura, no imediato, de um contrato-programa para a realização do projecto tem um impedimento legal. A impossibilidade de concluir até 31 de Dezembro o Plano Director Municipal que, tudo indica, ficará pronto em 1992.

Aquela é a situação, e esta uma situação viável.

Cabe a esta Assembleia a aprovação do projecto de lei do PCP, cujo agendamento requeremos com urgência, para adiamento do prazo limite para apresentação do PDM.

Cabe ao Executivo o apoio financeiro e a ultrapassagem dos obstáculos burocráticos necessários para a solução dos problemas que afligem as populações de Minde e Mira de Aire.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é menos dramática a situação das populações ribeirinhos do Alviela. É longo o calvário desta gente como é longa a sua porfiada luta, para que o seu rio recupere de vala de esgoto a céu aberto em que se tornou no seu Alviela (e cito o memorando ontem recebido) «fonte de vida e de recreio, de riqueza e de progresso. Luta pioniera no País em defesa do ambiente como pionero é o trabalho e acção da sua organização CLAP durante estes anos». Luta desesperada, onde (e cito novamente) por vezes «se entrelaçam réstas de luz e de esperança, logo desmentidas pela prática, ciclos paradoxais de altos e baixos, com constantes promessas e compromissos, logo adiados». Luta que tem conduzido algumas das populações mais martirizadas, como as de Pernes e Vaqueiros, ao boicote eleitoral, o que é discutível mas tem de compreender-se.

Sabemos, como todos, como sabem as populações, que a origem dos problemas é complexa e que os problemas não têm nem admitem visões simplistas ou soluções mágicas. Mas também se sabe do início de um longo processo que dura desde 1976-1977 até hoje, bem à semelhança de Minde e Mira de Aire. Em 1989 as obras dão um salto, mas o sistema não fica completo. Faltam, até hoje, o tanque de regularização, o segundo decantador, o aterro sanitário e as ligações a cerca de 10 unidades industriais.

O Verão que passou, apesar do já feito, foi mais e ainda um período de «inferno» para as populações ribeirinhos. Em 6 de Outubro o povo de Vaqueiros tornou a não votar. E entretanto, em comunicado recente, a Câmara Municipal de Alcanena responsabiliza o representante do Governo na Comissão de Gestão do Sistema por uma situação novamente difícil em Alcanena.

Temos de convir que é um «rosário» muito comprido e muito embrulhado! Mas não é tudo!

Continuam a crescer os depósitos-lixeiras das raspas impregnadas de crómio. Toneladas e toneladas de resíduos ao ar livre é o que se encontra em diversos locais. Lixeiras que acumulam as cerca de 10 000 t de raspas produzidas em cada ano, grande parte das quais em combustão lenta, provocando fumos que atingem os homens, os animais e as plantas, detritos que, com as chuvas, originam escorregões que correm a céu aberto ou entranhando-se na terra até aos lençóis freáticos.

Acontece até o inacreditável. A instalação relativamente recente de uma empresa levou à alteração do traçado de uma linha de água para um novo traçado junto da via pública, curvado e com um diferente entrosamento na ribeira do Carvalho, ajudando a ampliar uma área pantanosa de águas residuais, mesmo junto à ETAR.

Não são estes, repetimos, problemas para serem resolvidos contra a indústria dos curtumes.

Mas exige-se, sem qualquer hesitação, um claro ordenamento industrial, com o acompanhamento rigoroso de novas instalações ou possíveis ampliações. Exige-se um reforçado controlo das fontes poluidoras e o cumprimento da legislação em vigor.

Exige-se um calendário a cumprir sem delongas de um projecto global e integrado, que admita o fuscamento das obras, das medidas, e que abra uma clara e precisa perspectiva para as populações de efectiva solução do problema.

Exige-se que se dê cumprimento à proposta «Programa de Emergência para o Alviela», aqui trazida ontem pelas gentes ribeirinhas.

É natural que se coloque também a exigência de uma outra política de ambiente para o País, de uma outra disposição para o diálogo, para saber ouvir e accitar, por parte do Governo, as opiniões e sugestões das populações, das autarquias, da oposição.

Talvez se assim fosse não tivesse acontecido o Maranhão, e muitos destes problemas já tivessem sido resolvidos ou, pelo menos, se encontrassem num estado de solução mais avançado.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Sr. Deputado Agostinho Lopes, estão inscritos os Srs. Deputados Macário Correia e João Silva Maçãs para pedirem esclarecimentos, mas devo informá-lo de que já não dispõe de tempo para poder responder.

No entanto, uma vez que o Grupo Parlamentar do PSD lhe cede algum tempo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Macário Correia.

Tem, pois, a palavra Sr. Deputado.

**O Sr. Macário Correia (PSD):** — Quero, em primeiro lugar, congratular-me com o clima ecológico e ribatejano que esteve aqui esta manhã nesta Casa e, por outro lado, dizer que os deputados que produziram intervenções se limitaram apenas a ler documentos que lhes foram facultados ontem, o que além de ser uma atitude meritória não tem grande efeito original.

Em relação ao que foi dito, vejo-me novamente obrigado a formular ao Sr. Deputado Agostinho Lopes as perguntas que há pouco formulei ao Sr. Deputado Jorge Lacão e a que ele não quis responder.

De facto, é fácil, é muito fácil, falar dos problemas que o País tem aqui ou acolá. Todavia, o que é difícil e sério é apontar soluções, caminhos, executar e dar a volta às coisas. Quem tem apenas a responsabilidade de falar, de dizer, dá o seu trabalho por cumprido no fim de cada intervenção; quem tem a responsabilidade de executar, de mudar as coisas, não o pode fazer na semana seguinte.

O que é facto é que das intervenções feitas fica aqui a ideia de que tudo compete ao Estado central, tudo compete ao Governo, que o Governo nada fez e, portanto, está tudo mal. Ora, não é assim. Qualquer simples observador, por pouco atento que seja, sabe que não é assim.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Em relação ao que aqui foi dito, seria, pois, oportuno saber, da parte dos Srs. Deputados e, em particular, do Sr. Deputado a quem peço esclarecimentos, quais são as medidas que, afinal, propõe para a despoluição do distrito de Santarém. Ocorre também perguntar se, porventura, sabe a quem cabem as responsabilidades dessa despoluição e da resolução desses problemas.

Na intervenção que fez não nos esclareceu, ou talvez desconheça, que é às autarquias que competem, em boa parte, essas responsabilidades.

**O Sr. Rogério Brito (PCP):** — Ora bem!...

**O Orador:** — Como é sabido — e num estado de direito é bom que qualquer deputado conheça as leis —, desde 1984 que se dúvidas existiam antes a partir daí deixaram de existir e é às autarquias que compete o abastecimento de água potável, o tratamento dos esgotos urbanos e domésticos e a recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — As costas das autarquias são largas!

**O Orador:** — E mais: é às autarquias que compete também o licenciamento das obras no território dos seus concelhos e ainda tudo o que toca às lixeiras, sucateiras e outras áreas onde são depositados resíduos, como, no concreto, o caso das raspas que aqui foi referido.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Ao Governo não compete nada?!

**O Orador:** — Cito até, ao Sr. Deputado do PCP, o Decreto-Lei n.º 343/75, de 7 de Julho, um decreto-lei fundamental nessa matéria, produzido em pleno Verão de 1975, que confere, em exclusivo, competência às câmaras municipais para licenciar, intervir e autuar quem prevaricar, em matéria de resíduos sólidos urbanos, lixeiras e outras coisas afins, nas áreas dos seus municípios.

Sr. Deputado, quantas vezes, nas câmaras municipais envolvidas, sobre as quais recai, do ponto de vista jurídico, toda a responsabilidade nesta matéria, se fizeram intervenções claras para que esta situação fosse resolvida? Esta é uma pergunta que lhe deixo, Sr. Deputado.

Depois disso, devo ainda dizer-lhe que, no caso em apreço da região de Minde e Mira de Aire, essa cronologia que relatou contém algumas imprecisões e algumas insuficiências, faltam-lhe passos fundamentais.

Talvez o Sr. Deputado não tenha salado das diligências feitas pelo Governo para que as autarquias se entendessem em relação à forma como queriam inserir este programa de investimento porque não sabe que estamos numa área que divide duas freguesias, dois concelhos, dois distritos, duas áreas de intervenção de comissões de coordenação regional e dois programas operacionais distintos.

Durante algum tempo perguntei quem tinha responsabilidades e se queriam que as coisas fossem encaminhadas pelo Programa Operacional do Centro ou pelo Programa Operacional do Vale do Tejo, pois a decisão de determinar como se faz cabe às autarquias e não às estruturas centrais do poder.

Muitas outras perguntas aqui lhe poderia deixar, mas estas são suficientes para que o Sr. Deputado, caso queira e caso disponha de elementos, nos esclareça. Diga quem quer fazer o quê, qual é o papel das autarquias, o que é que elas fizeram e o que é que querem fazer no quadro jurídico que lhes compete. E isso que aguardo que nos diga aqui, claramente.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Ai que saudades que tenho da Secretaria de Estado!

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Sr. Presidente, dá-me licença?

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Para que efecto, Sr. Deputado?

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Macário Correia citou o meu nome e referenciou-me como tendo recusado a responder a algumas questões que ele suscitou, por isso vejo-me na necessidade de pedir a palavra para o exercício do direito de defesa da minha consideração.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — E o Sr. Deputado Rogério Brito?

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, é também para exercer o direito de defesa da consideração.

Agradecia-lhe que acreditasse que é com razão que pretendo fazê-lo. Depois darei a justificação.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — A Mesa não pôe previamente em dúvida as intenções, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão para defesa da consideração.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Macário Correia tem assinaláveis preocupações ecológicas que ninguém, seguramente, nesta Câmara, lhe contestará. Por isso permito-me sugerir-lhe que passe a ter algum cuidado naquilo que diria ser o uso ecológico da palavra, para não se exceder com os entusiasmos e depois, a partir desse excesso, tomar posições que o deixam em situação virtualmente precária.

Sabe, Sr. Deputado, é que talvez a sua função aqui deva ser menos a de justificar as insuficiências da sua actividade pretérita, como secretário de estado do ambiente, e mais poder partilhar connosco as preocupações autênticas sobre a situação do ambiente.

Ora, a situação de degradação ambiental em várias zonas do concelho de Santarém e de Alcanena, que aqui temos estado a tratar, é um problema de tal maneira efectivo, actual e premente que conduziu a que os autarcas representativos desses concelhos — não apenas ao nível municipal, mas igualmente ao nível de freguesia e ao nível de assembleia municipal, de todos os partidos políticos, incluindo, portanto, o seu — se sentissem na necessidade de, conjugadamente, vir apelar à Assembleia da República para que pudéssemos potenciar aquilo que são as expectativas de solução efectiva dos problemas.

O Sr. Deputado disse que eu não lhe respondi, mas a verdade é que o fiz, na medida em que me disponibilizei para apresentar-lhe os *dossiers* sobre a situação, sobre os casos concretos; contudo, o Sr. Deputado disse-me que não precisava deles porque os tinha. Então, ainda bem! Faça favor de meditar sobre o conteúdo desses *dossiers* e de verificar que muito há ainda para fazer. É nesse estado de espírito que aqui estamos.

A minha resposta é a de que medite quanto às consequências a tirar dos *dossiers* que diz ter também em sua posse.

Finalmente, Sr. Deputado Macário Correia, não queira colocar-se numa situação como a que lhe passarei a sugerir da seguinte maneira: antigamente havia, como sabe, os chamados provedores dos ausentes, das viúvas e dos desfuntos; o Sr. Deputado vem agora para aqui fazer a figura do provedor do ambiente desfunto. É uma posição que não lhe fica bem nestas circunstâncias.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para dar explicações, se o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, darei explicações e, simultaneamente, defenderei a minha honra e consideração porque, no caso em apreço, o devo fazer.

Sr. Presidente, citei há pouco o nome do Sr. Deputado Jorge Lacão, dizendo expressamente que ele não tinha respondido a questões concretas e precisas que lhe havia colocado. E, se dúvidas persistem, repito: perguntei se o Sr. Deputado nos poderia esclarecer a respeito das iniciativas tomadas pelas autarquias, designadamente as de Santarém e de Alcanena, porquanto são essas que têm a ver mais directamente com a questão do lançamento de esgotos urbanos e domésticos para a linha de água do rio Alviela.

O Sr. Deputado foi bastante palavroso, disse várias frases pomposas, citou aqui algumas circunstâncias que não quero comentar; todavia, não respondeu a esta situação concreta. Foi nesse contexto que o disse e aqui o realismo.

E digo mais: conheço a situação do rio Alviela desde há vários anos, desloquei-me lá, em circunstâncias diversas, várias vezes e voltei lá as vezes que forem necessárias porque não considero que o Sr. Deputado Jorge Lacão esteja muito mais preocupado do que eu nessa matéria.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Admito as suas preocupações como deputado por Santarém, reconheço-as como legítimas e naturalmente que me congratulo com elas, mas devo dizer-lhe que, nessa matéria, estou aqui e em qualquer lado para defender esses valores e não abdicarei, em circunstância alguma, dessa defesa, seja onde for.

Em circunstâncias difíceis, desloquei-me várias vezes, a Pernes e a Alcanena; algumas foram do conhecimento público e com alguma difusão na comunicação social, outras não, mas fui sempre ao lado de pessoas de vários partidos, de várias convicções e em circunstâncias bem difíceis. Fui sempre na defesa daquilo que são os valores do ambiente, daquilo que é a despoluição, a qualidade de vida e a limpeza daquela zona, porque custa muito saber que há centenas de pessoas que vivem nas margens do rio Alviela que, durante a noite, não podem dormir com mau cheiro e que, durante o dia, as crianças querem brincar e não podem, porque se sentem incomodadas com aquilo que ali se vive.

Todavia, a situação tem evoluído favoravelmente e hoje aquilo que lá se conhece é bem diferente do que era no passado.

Recordo-me de, há anos atrás, as escolas de Pernes terem feito uma manifestação que me chocou, mas sei que hoje não há motivos para que essa manifestação se volte a fazer. Sei ainda que vários investimentos estão em curso e que outros se vão fazer, mas sei também que às câmaras municipais compete um papel que não pode ser negado nem, de modo algum, descurado.

É a essas câmaras municipais que fica aqui a pergunta, através do Sr. Deputado, ...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Outra vez!...

O Orador: — ... dado que, pela segunda vez, não me respondeu e, de algum modo, pelas considerações que ofendem a minha dignidade e a minha convicção.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que fico disponível para ouvir as explicações que me quiser dar em qualquer circunstância, que provem, factualmente e de uma forma convicta, que as câmaras municipais, naquilo que é a sua competência jurídica e de execução, têm exercido todos os poderes, que esses poderes têm sido levados por diante com firmeza e com determinação e que a elas nada mais pode ser exigido, porque fizeram tudo, cabendo agora o resto apenas ao Governo. É isso que gostava de clarificar, Sr. Deputado.

O Governo, nesta matéria, apenas tem deveres de cooperação técnica e financeira, pois as iniciativas em matéria de esgotos urbanos e domésticos são iniciativas municipais. É isso que aqui deve ficar claro e muito claro, de uma vez por todas.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para defesa da consideração, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente e Sr. Deputado Macário Correia, eu não podia, de forma alguma, deixar de suscitar aqui o direito de defesa da consideração, que tomava a liberdade de colocar não apenas em meu nome pessoal mas também em nome da própria Câmara, face à forma como o Sr. Deputado acabou de apreciar as intervenções aqui feitas. E faço-o lembrando que foi secretário de estado do ambiente.

Devo dizer-lhe que na intervenção do meu camarada foi aqui abordado também o caso da barragem do Maranhão. É um caso bem significativo da incúria do Governo e, mais do que isso, do desrespeito do Governo para com esta Assembleia.

A tempo e horas o Governo teve conhecimento dos riscos que o esvaziamento da barragem do Maranhão tinha; a tempo e horas teve conhecimento de que podia haver alternativas; recusaram a possibilidade de uma empresa idónea fazer os exames necessários e ter acesso ao projecto da barragem, para poder propor alternativas; recusaram todos os argumentos da Câmara Municipal de Avis e, perante a informação prestada pela Comissão de Agricultura, ignoraram-na. A Comissão de Agricultura da Assembleia da República pediu a presença dos membros do Governo, designadamente da Secretaria de Estado ou do Ministério do Ambiente, na Comissão para podermos discutir o problema e para podermos travar, a tempo e horas, todos os riscos que se iriam correr, com consequências, mas o Governo nem sequer deu resposta à Assembleia, nem sequer respondeu à Comissão de Agricultura.

Isto demonstra perfeitamente a hipocrisia de se pretender lançar as responsabilidades sobre todas as outras entidades, tudo menos o assumir da responsabilidade do próprio Governo.

Esta é uma situação que tem de ficar perfeitamente clara, porque, sem eximir de responsabilidades as autarquias, os próprios agentes económicos e a própria população, cabe ao Governo assumir, acima de tudo, a sua enorme responsabilidade e, pelo menos, ter a humildade de reconhecer que não foi suficientemente atento para travar prejuízos extremamente graves como os que ocorreram no Maranhão, com a perda de mais de 700 t de peixe, com a inquinção das águas de abastecimento às populações e, inclusive, com a inquinção das águas que servem a própria indústria local.

Seria bom que tivéssemos isto presente, porque outra entidade que o Governo ignorou foi a Delegação de Saúde da Câmara Municipal de Avis.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Foi uma intervenção interessante, mas não foi defesa da honra!

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — Foi defesa do ambiente!

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Macário Correia.

O Sr. Macário Correia (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rogério Brito: Devo dizer-lhe uma coisa que o senhor talvez desconheça.

Estamos aqui todos animados da melhor boa-fé, das melhores intenções, pelo que não duvido de nenhum deputado de qualquer bancada. Todavia, sobretudo em nome da dignidade dos cargos que exercemos, estamos aqui para defender a verdade, a transparência e os factos tal como eles são e não tal como um ou outro dos que aqui têm assento gostariam que tivessem sido.

Ora, o que é facto é que a Câmara Municipal de Avis foi objecto da melhor atenção por parte de quem, na ocasião, detinha algumas responsabilidades na matéria, isto é, eu próprio. Assim, reuni com a Câmara no meu Gabinete e perante o facto concreto, que era o de as comportas da barragem do Maranhão estarem profundamente degradadas e a jorrar água pelo padrão, perguntei se a Câmara assumia a responsabilidade de essa reparação não ser feita no final deste Verão. A Câmara Municipal de Avis disse que não assumia essa responsabilidade, sabendo-se, através de relatórios de técnicos credenciados do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que a ruptura poderia ocorrer a qualquer momento e que, nesse caso, com a barragem em pleno armazenamento ou com um bom nível de água, poderia acontecer algo de muito grave a jusante da barragem.

Portanto, como já disse, a Câmara Municipal de Avis não quis assumir a responsabilidade da não execução da obra, ela tinha de fazer-se, estando-se na posse dos melhores cuidados técnicos adequados à fauna piscícola que lá habitava ...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Viu-se! Viu-se!

O Orador: — ... e habita e tendo em conta outros efeitos ecológicos.

Devo confessar que a Câmara Municipal de Avis pediu-se poderia ela própria promover um relatório. Disse que sim e fiquei a aguardar todo o tempo que me foi pedido para esse efeito, mas, a dado momento, a Câmara disse que não podia apresentar esse relatório porque não tinha acesso a algumas informações de alguns departamentos.

Assim, no próprio dia em que tive conhecimento disso, perguntei à Câmara quem é que não facultava elementos a quem e se era alguém que dependesse de mim. Porém, até hoje não encontrei resposta concreta a essa pergunta que fiz no próprio dia em que me foi colocada a questão.

Portanto, alguém não está a dizer o que deve. E mais: sei, por outras vias, que empresas e pessoas contactadas para o efeito disseram que não produziam relatórios de carácter político, a dizer aquilo que não é verdade, não

podendo portanto subscrever algo em que não acreditavam, adiantando que a reparação teria de ser feita, ...

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — E a salvaguarda das consequências?!

**O Orador:** — ... porque se tratava de um caso grave que tinha de ser reparado.

A concluir devo dizer-lhe que a barragem não é do Estado, não é administrada e gerida no dia-a-dia nem pelo Estado nem pelo Governo; ela está confiada, pela legislação em vigor, à Associação de Regantes, que tem de responder por aquilo que lá fez.

Devo ainda dizer-lhe, para sua surpresa e de toda a sua bancada, que eu — afirmo-o solenemente — não concordo com a forma como as coisas decorreram nas últimas semanas.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Ah!...

**O Orador:** — Fica aqui dito, por mim, muito claramente, que a minha bancada se associa a todos aqueles que, na defesa dos peixes, que não têm voz, acham que as coisas não correram bem e que alguém tem de assumir aqui plenamente o relato dessas circunstâncias.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Mas de quem é a responsabilidade? É do Governo!

**O Orador:** — Mas não foi o Governo nem qualquer entidade da administração central que subiu ou desceu a comporta, que fez a reparação ou que geriu os níveis da água; foi a Associação de Regantes, que é uma entidade de direito privado e que, por isso, tem de responder perante os poderes públicos, porque aquilo que aconteceu é grave.

Finalmente, gostaria de dizer que poderia ter sido feito melhor e de outra maneira. No entanto, quero explicações porque aquilo que aconteceu não pode, de modo algum, ter o nosso acordo. Na verdade, o que aconteceu tem a nossa repulsa e, por isso, quero saber mais sobre este assunto.

**O Sr. Rogério Brito (PCP):** — Porque é que o Governo não respondeu à Assembleia da República?

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Agostinho Lopes, tem a palavra o Sr. Deputado João Silva Maçãs.

**O Sr. João Silva Maçãs (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Agostinho Lopes: Em primeiro lugar, gostaria de dizer-lhe que parece que a bancada do PCP apresenta, de facto, caras novas — e a de V. Ex. é uma delas — mas o discurso continua a ser o de sempre!...

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — É a coerência!

**O Orador:** — De facto, é exactamente o mesmo discurso que, nomeadamente, os Srs. Deputados Lino de Carvalho e Rogério Brito assumiram ao longo dos quatro anos da anterior legislatura.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — É a coerência, a coerência!

**O Orador:** — Coerência, talvez, mas novidade, ... absolutamente nenhuma!

O Sr. Deputado Agostinho Lopes referiu a inoperância e a incisão do Governo e referiu, ao fim e ao cabo, que o Governo, em circunstância alguma, teve os menores cuidados em relação à protecção da floresta e à criação de condições por forma a que fossem evitados os fogos em Portugal.

O Sr. Deputado falou também na falta de uma política agrícola que preservasse os direitos dos pequenos e médios agricultores. Assim, a primeira questão que gostaria de colocar-lhe é a seguinte: o Sr. Deputado acha que houve algum governo em Portugal, depois do 25 de Abril, que tenha zelado tanto pelos interesses dos pequenos e médios agricultores como os do PSD?

**Vozes do PS:** — Oh!...

**O Orador:** — Se, de facto, tiver dúvidas, posso falar-lhe na legislação que vem ao encontro dos pequenos e médios agricultores e que foi produzida há muito pouco tempo — há menos de um ano —, nomeadamente a própria Lei da Reforma Agrária que o Sr. Deputado certamente conhecerá.

Por outro lado, pergunto-lhe se desconhece toda a legislação florestal que foi aprovada na última legislatura, desde a legislação que concorre para o ordenamento e para a compartimentação da floresta até à que agrava as penas e limita a possibilidade de urbanização e rearborização imediata das áreas ardidas. Será que o Sr. Deputado desconhece esta legislação?

Gostaria ainda de perguntar ao Sr. Deputado se é ou não verdade que melhoraram as condições dos bombeiros em Portugal durante os últimos três ou quatro anos?

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — E aumentaram os fogos!

**O Orador:** — É verdade ou não que se criaram centenas de postos de vigia disseminados pelo País?

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — E aumentaram os fogos!

**O Orador:** — É ou não verdade que se reforçou o contingente dos guardas florestais em Portugal? É ou não verdade que se criaram centenas de barragens em áreas florestais?

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — E aumentaram os fogos!

**O Orador:** — Sr. Deputado, peço-lhe que seja muito claro e honesto na resposta que me vai dar, porque é desse tipo de resposta que necessitamos, até porque desde sempre entendemos que fazer política não é apenas retomar o discurso, já gasto, de dizer que o Governo nada fez, que nada se propôr fazer e que tudo vai continuar na mesma. Assim, gostaria que o Sr. Deputado reconhecesse ou não as questões que acabei de colocar-lhe.

Relativamente à barragem do Maranhão, penso que o meu companheiro de bancada Macário Correia já colocou aqui a questão, e bem. De qualquer forma, e uma vez que o Sr. Deputado Lino de Carvalho estava a dizer que eu sabia deste assunto, porque ele respeita ao meu distrito, gostaria que o senhor me respondesse à seguinte questão:

tão: cabe ou não à Associação de Regantes a responsabilidade da manutenção e gestão da barragem do Maranhão? É que esta questão tem sido levantada pela vossa imprensa em todas as circunstâncias e também aqui, já nesta legislatura, como se a responsabilidade fosse do Governo.

Portanto, repito a pergunta: cabe ou não à Associação de Regantes a gestão das águas e a conservação da barragem do Maranhão? Creio que era muito importante que o senhor respondesse a esta pergunta.

**O Sr. Rogério Brito (PCP):** — Era um projecto que obrigava a um estudo de impacte ambiental.

**O Orador:** — De facto, a questão central é esta: o PCP, em qualquer tipo de circunstância, é incapaz de deixar de pensar que «cabe ao Estado e sempre ao Estado» tudo e mais alguma coisa!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Para responder, em tempo cedido pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

**O Sr. Agostinho Lopes (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, penso que o Sr. Deputado Macário Correia não respondeu à questão relativa ao facto de o Governo não ter dado resposta às solicitações da Comissão de Agricultura, Pescas e Alimentação.

Em segundo lugar, penso que o Sr. Deputado Macário Correia parece ter a consciência algo pesada ...

**A Sr.ª Julieta Sampaio (PS):** — Pois claro!... Morreram tantos peixes!...

**O Orador:** — Sabemos, Sr. Deputado, que as autarquias têm responsabilidades, mas também sabemos das muitas responsabilidades da administração central, inclusive na transferências de verbas para que elas possam satisfazer as suas competências. E até sabemos que ao longo destes anos o FEFE tem sido manifestamente insuficiente e que não devem ser feitas promessas sucessivas que não têm sido cumpridas, como vêm sendo feitas há muito nesta matéria, não só pelo governo do PSD como por governos anteriores.

As populações de Minde e Mira de Aire, bem como as populações ribeirinhas do Alviela, julgarão as posições desta Câmara e dos Srs. Deputados e espero que a exposição do Sr. Deputado Macário Correia relativamente a este assunto tenha a devida correspondência na discussão do Orçamento do Estado para 1992.

Sr. Deputado João Silva Maçãs, o discurso continua a ser o mesmo, o que é natural. É pena é que os incêndios não continuem apenas a manter a mesma dimensão e que durante este ano estivéssemos perante gravíssimos e vulgares prejuízos para o País, mais uma vez pela elevadíssima dimensão que assumiram os fogos florestais no presente ano. O Sr. Deputado pergunta se houve um governo que tenha velado mais pelos interesses dos pequenos e médios agricultores do que este. Só é pena, Sr. Deputado, que nesta matéria os agricultores não estejam de acordo consigo ...

O Governo chegou ao fim deste ano com todas as organizações de agricultores contra ele, como foi demonstrado pelo desenvolvimento da luta dos agricultores. Neste momento nem a CAP, que durante anos foi cúmplice

da política de direita do Governo relativamente à agricultura, tem a coragem de dizer que está claramente ao lado do Governo. E é evidente que não estou nada de acordo com a bondade da política agro-florestal do Governo!

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Martins Viegas.

**O Sr. Álvaro Martins Viegas (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Algarve está a conhecer desde há alguns anos um desenvolvimento muito grande nos diversos sectores económicos, desde a construção civil à indústria hotelícola, o que proporciona forçosamente que existam melhores condições de vida para os algarvios e para todos aqueles que residem e trabalham no Algarve.

Todos os anos têm vindo a aumentar o número de empresas que laboram no Algarve. Se este é um dado inquestionável, não é menos verdade que nem sempre têm sido o Algarve e os algarvios os primeiros, como deveria acontecer, a usufruirem destes mesmos benefícios.

Existem no Algarve inúmeras empresas que, laborando nesta região, tiram das suas provéitos económicos. Por razões nem sempre muito plausíveis, muitas destas empresas, estando sediadas fora do Algarve, pagam os seus impostos noutras regiões, mais concretamente e em especial o IVA turístico, revertendo na totalidade para outros municípios e outras regiões de turismo que não as da região da origem da actividade.

O Algarve contribui com mais de 50 % nas receitas do turismo e por isso mesmo não se comprehende que receba somente cerca de um quinto do imposto do IVA turístico, tendo este que ser repartido em partes iguais para os municípios e para a região de turismo.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Estamos perante uma grave injustiça que se vem praticando, ano após ano, ao Algarve, aos municípios algarvios e à sua região de turismo. Estima-se que só em 1990 o Algarve perdeu mais de 10 milhões de contos em receitas provenientes do IVA turístico a favor de outras regiões do País, principalmente Lisboa, onde se encontram sediadas a maior parte das empresas que laboram no Algarve.

A fixação no Algarve das verbas provenientes do IVA turístico é uma necessidade premente que visa diminuir as dificuldades que os municípios algarvios sentem, derivadas não só da má gestão em algumas câmaras municipais como também da diminuição das receitas da sisa, assim como irá proporcionar que os municípios e a Região de Turismo do Algarve (RTA) possam rentabilizar melhor as receitas geradas na nossa região e aplicá-las ao serviço dos algarvios.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Outra situação não menos grave é a circunstância de algumas empresas industriais existentes no Algarve, pese embora os seus impostos não revertem directamente para os municípios, utilizarem e danificarem as nossas vias de comunicação e não participarem nas obras de recuperação e melhoramento. São centenas e centenas de quilómetros de estrada que diariamente são saturadas com enormes camiões e milhares de contos que os municípios dispendem na sua recuperação. Também aqui muitas destas empresas estão sediadas fora do Algarve, não beneficiando directamente os algarvios porque nem servem para a contabilização das receitas totais geradas na nossa região.

Creio que é possível alterar estas situações. O Orçamento de Estado está aí à porta e existe a necessidade de aproximar o valor real produzido do valor que fica no Algarve. Para tal, é necessário que as empresas fixem a sua sede na região e que obrigatoriamente paguem os seus impostos onde as receitas são produzidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estas medidas urgem. Haja a vontade política de as concretizar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — O Sr. Deputado José Apolinário pediu a palavra para que efecto?

O Sr. José Apolinário (PS): — Tinha pedido ao Sr. Secretário da Mesa para me inscrever para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Sr. Deputado, a Mesa não prestou atenção, pelo que apresento as desculpas em nome desta.

Tem a palavra, Sr. Deputado, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Álvaro Viegas: Em primeiro lugar apresento os meus cumprimentos por vê-lo trazer a esta Casa um assunto que naturalmente preocupa os algarvios, na medida em que o Algarve, sendo um dos principais mercados turísticos, vive uma situação em que os algarvios também se confrontam dia após dia com níveis de custo de vida e de dificuldade de acesso à habitação superiores aos de grande parte do País.

Mas a sua intervenção não pode passar em claro sem lhe colocar dois pedidos de esclarecimento muito sintéticos. Em primeiro lugar, a questão fundamental: como é que o Sr. Deputado e os deputados do PSD eleitos pelo Algarve se vão comportar em matéria de regionalização? Os senhores, durante a campanha eleitoral, anunciaram que eram favoráveis à coincidência das eleições regionais com as eleições autárquicas em 1993. Essa é a posição do PS a nível nacional, que apresentámos na proposta de governo para as eleições de 6 de Outubro e, repito, também foi essa a posição que VV. Ex.º defendiam no Algarve. Porém, não é essa a leitura que fazemos do Programa do Governo trazido a esta Assembleia, liderado por um ilustre algarvio. Gostava de saber qual é afinal a posição que o Sr. Deputado e os deputados do PSD vão adoptar sobre esta matéria, porque esta é uma questão que também entra numa perspectiva de dinamização regional, de um lobby regional.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado trouxe aqui uma questão candente em matéria de receitas do IVA turístico. Como é que o Sr. Deputado explica que o Algarve, que representa uma parte significativa do potencial do País em número de camas turísticas, tenha recebido no ano transacto uma verba inferior a 4 % do CIFIT, isto é, do mecanismo de incentivo ao desenvolvimento turístico dirigido pelo Governo — dirigido até pelo cabeça de lista do PSD nas últimas eleições, o ministro Faria de Oliveira? Como é que o Sr. Deputado compatibiliza o discurso em defesa do Algarve e da questão do IVA turístico com a falta de apoios, com a diminuta percentagem do CIFIT efectivamente investida no Algarve no ano transacto?

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Martins Viegas.

O Sr. Álvaro Martins Viegas (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Apolinário: Quero agradecer as questões que colocou, começando por dizer que, relativamente à regionalização, a posição dos deputados do Algarve eleitos pelo PSD é clara e não é de agora, é de há muito.

Os cinco deputados do PSD do Algarve defendem exactamente aquilo que defendemos na última campanha para as eleições legislativas, ou seja, acreditamos que é possível criar a Região Administrativa do Algarve, que as eleições se possam efectuar em 1993 em simultâneo com as eleições autárquicas. E é bom lembrar que também foi no governo do PSD que foi aprovada a lei-quadro da regionalização, que é um passo que pensamos muito importante e fundamental para a criação das regiões.

Em relação à outra questão, Sr. Deputado, também nós estamos preocupados e pensamos que é possível — e é isso que queremos — que esses 4 % que o Sr. Deputado frisou sejam reforçados porque é certamente para bem do Algarve e dos algarvios.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — O Sr. Deputado António Vairinhos pediu a palavra para que efecto?

O Sr. António Vairinhos (PSD): — Para defesa da consideração Sr. Presidente, dado que foi posta em causa a postura dos deputados do PSD eleitos pelo Algarve.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Vairinhos (PSD): — Sr. Deputado José Apolinário, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo, pois é a primeira vez que lhe dirijo a palavra nesta VI Legislatura, mas também de deixar bem claro o seguinte: não respondemos perante o deputado José Apolinário, do Partido Socialista, sobre a nossa postura em qualquer matéria, mas, sim, directamente ao eleitorado e àqueles que maioritariamente, no Algarve, nos elegeram. É a eles que temos de prestar contas, tal como prestámos antes das últimas eleições, razão por que responderam afirmativamente à nossa política e ao nosso trabalho desenvolvido nesta Assembleia.

Portanto, Sr. Deputado, gostaria de lembrar essa questão.

Quanto ao nosso comportamento, devo dizer que, em matéria de regionalização, ele é claro e, sobre a sua coincidência com as eleições autárquicas de 1993, é coerente, ao contrário das posições defendidas pelo Partido Socialista, uma vez que, pela boca do deputado Jorge Lacão, defendeu nesta Casa que a criação das regiões administrativas devia ser em 1992, tal como o líder do Partido Socialista, Dr. Jorge Sampaio. No entanto, quando este se deslocou ao Algarve, antes da campanha eleitoral, disse aquilo que o PSD tinha defendido publicamente, pela minha voz, ou seja, a coincidência das eleições para as regiões administrativas, em 1993, com as eleições autárquicas.

Quem muda, quem não tem posição de coerência é o Partido Socialista, inclusivamente o seu líder, que o faz, e se o Sr. Deputado tiver dúvidas basta consultar o *Jornal do Algarve*, os seus arquivos, que vê essas diferentes declarações.

Por isso, Sr. Deputado, preocupe-se mais com a defesa do vosso comportamento, do comportamento dos deputados

socialistas, porque o nosso está salvaguardado e os nossos principios são sempre defendidos.

Gostaria ainda, Sr. Deputado, de dizer-lhe que o SIFIT não é um mecanismo imposto pelo Estado nem é o Estado que faz investimentos no sector subturístico. Numa óptica de mercado, que o Sr. Deputado já deveria conhecer — mas parece que ainda continua com restícios, ... talvez influências da proximidade do Partido Comunista —, os investimentos turísticos são feitos pelo sector privado e não pelo Estado.

Se há mais ou menos projectos aprovados pelo Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo, isso depende da capacidade dos empresários apresentarem mais ou menos projectos turísticos. Mas, ainda assim, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado como é que justifica o facto de em 1991 o distrito de Faro ser o quarto distrito, em termos de investimento público do PIDDAC, logo a seguir a Lisboa, Porto e Setúbal? Como é que justifica isso? Isso é que eu gostaria de ver justificado, porque no tempo dos governos socialistas o distrito de Faro, em termos de investimento por parte do Governo, andou sempre na cauda.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Deputado António Vairinhos, teremos certamente outras ocasiões para discutir os investimentos, os contributos dados pelos algarvios para a massa de receitas fiscais recolhida pelo Estado, para a riqueza nacional. Teremos, portanto, outros momentos para discutir mais profundamente essa matéria, mas não posso deixar passar em claro a oportunidade, sob a figura de dar explicações, de acordo com o Regimento, sem abordar três questões essenciais.

Em primeiro lugar, eu, que andei a fazer campanha porta a porta no Algarve, nunca vi o PSD apelar ao voto nos deputados do PSD pelo Algarve, vi, sim, apelar ao voto no Prof. Cavaco Silva.

*Risos do PS.*

Tenho, e terei, aqui a ombridade e o respeito por VV. Ex.<sup>ma</sup> para não tratar cada um de vós por Sr. Deputado Cavaco Silva, porque, sinceramente, era aquilo que me apetecia fazer, na medida em que dia após dia aquilo a que assisti durante a campanha foi o apelo ao voto no Prof. Cavaco Silva, «o algarvio», «o nosso homem», de acordo com o que diziam os vossos slogans, os vossos carros de som.

Em segundo lugar, temos a questão da regionalização.

Tenho os titulares deste órgão por pessoas sérias, sempre, até prova em contrário, como tudo na vida. E, nesse sentido, das duas uma: ou os senhores têm um discurso no Algarve sobre regionalização que não conseguem impor, que não conseguem fazer vencer na estrutura nacional, na medida em que sistematicamente o grupo parlamentar tem desautorizado as posições dos deputados do PSD do Algarve em matéria de regionalização, na medida em que os porta-vozes do PSD, nomeadamente o Sr. Deputado José Silva Marques, têm sistematicamente desautorizado aquilo que os deputados do PSD dizem no Algarve, portanto, ou os senhores não têm força política suficiente — sublinho — para que o grupo parlamentar acate, accite, siga aquilo que os senhores dizem no Algarve ou então estão a enganar os

algarvios, dado que o discurso, a forma, aquilo que é o marketing político que os senhores transmitem em matéria de regionalização não está de acordo com o conteúdo das propostas nacionais assumidas pelo PSD.

Em terceiro lugar — e este é o terceiro esclarecimento —, na nossa proposta, em matéria de regionalização, há que clarificar duas fases: uma é a da instituição em concreto de cada região, outra é a das eleições. Aquilo que o líder parlamentar do PS disse no Algarve, repetidamente, foi que o Partido Socialista estaria, obtendo uma maioria para governar, em condições de apresentar, durante o ano de 1992, uma proposta para a criação, para a instituição em concreto, das regiões administrativas, possibilitando, naqueles casos em que houvesse suficiente consensualidade, as eleições em 1993.

Foi isso o que dissemos e não o que procurou aqui transmitir à Câmara.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques da Silva.

O Sr. Marques da Silva (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Independentemente das autonomias consignadas às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, interessa-nos intensificar os laços entre os portugueses do continente europeu e os das ilhas.

Com o decorrer dos tempos, as ilhas atlânticas e o Portugal europeu estão mais intimamente ligados, mercê dos transportes e dos meios de comunicação de massas.

No longínquo ano de 1822, o jovem Almeida Garrett, em Lisboa, escrevia ao madeirense Nicolau Bettencourt Pitta, um liberal fundador do primeiro jornal madeirense, de modo um pouco empolgado, talvez, mas não isento de romântica grandeza: «Mares longos nos separam, mas sentimentos que se alongam mais que mares nos juntam. Somos ambos Portugueses; e todas as divisões da Natureza não valem a separar Portugueses.»

Meus senhores: Os mares encurtaram, as autonomias conferidas às ilhas dão-lhes os meios de criativamente se desenvolverem. Mas a empatia sentimental, buscando fundamento na cultura que tem por base o que há de comum entre açorianos, madeirenses e portugueses do continente, tem, necessariamente, de aprofundar aquilo que Garrett preconizava: a união entre as populações de um mesmo país.

É nesse sentido que hoje relembro certos elementos formadores de cultura que poderão fazer cimentar a união de populações separadas fisicamente, aproximando mais intimamente os elementos constituintes da identidade nacional. Refiro-me ao livro e ainda aos jornais e revistas.

Assim, não se comprehende que os preços das publicações em língua portuguesa sejam agravados nas ilhas atlânticas. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Legislativa Regional da Madeira apresentou recentemente um projecto de lei a esta Assembleia da República, no sentido da absoluta equiparação dos preços dos livros, jornais e revistas, em todo o território português, incluindo, obviamente, o insular.

Outro problema refere-se à televisão e às emissoras de rádio, lamentando que muitas destas não sejam ouvidas nas ilhas. A Radiotelevisão Portuguesa e a Radiodifusão Portuguesa chegam à ilha da Madeira (e penso que aos Açores) passando pela tesoura dos órgãos regionais da televisão e da rádio. De modo nenhum estou contra a televisão e a radiodifusão da minha terra, nem contra os

seus competentes profissionais. Acho que devem manter a sua própria programação, enriquecendo a população a que é dirigida; através de realizações independentes, com base na cultura, valores e assuntos de carácter regional. Todavia, já ponho restrições quanto ao tratamento do material aproveitado das emissões continentais, sobretudo no que se refere ao televisivo.

Para além da existência de um único canal, com opções, a meu ver, mais que discutíveis, recorrem-se a certos métodos que quase caem no ridículo. Por exemplo, os telejornais são apresentados por locutores madeirenses, inserindo-se matéria televisiva de Lisboa, sucedendo, não raramente, que por momento se vê o locutor continental, logo «apagado». Não seria mais lógico que se apresentasse integralmente o noticiário nacional, seguindo-se depois o regional, ou vice-versa, com os locutores profissionais da ilha?

Há ainda a programação em que assuntos de interesse cultural ou debates necessários à abertura da nossa população só surgem a altas horas, muitas vezes após longo e desinteressante filme. Seria de todo o interesse para a Região Autónoma da Madeira que, a par de um 1.º canal em que surgisse programação continental e regional, se destinasse igualmente à Região o 2.º canal continental.

Ao invés, foi com indiferença e certa desconfiança que vimos o interesse do Governo Regional pela televisão por cabo destinada, segundo o Presidente do Governo, a abrir mais o espírito dos madeirenses para outras realidades — se não foi esta a expressão usada, foi muito semelhante..

Esta televisão por cabo será já implementada no próximo ano, embora não extensiva a toda a ilha. Não me parece que esta seja uma opção muito urgente, nem uma notícia muito estimulante para esta necessidade, que ambicionamos, de uma permanente união entre o Portugal continental e o Portugal das ilhas. Pergunto: quem beneficiará dela? Poderá a maioria da população dispender 3000\$ escudos mensais para a assinatura da televisão por cabo? Serão esses canais estrangeiros, em inglês, francês, alemão ou italiano, acessíveis à imensa maioria dos madeirenses?

O facto de os canais da Radiotelevisão Portuguesa não estarem incluídos na televisão por cabo, e a circunstância de ser problemática a obtenção do 2.º canal, apesar do desejo do PS/Madeira, tudo isso parece indicar pouca vontade em unir televisivamente a Madeira e o Portugal continental. Ou talvez isto seja um modo de mais facilmente se manobrarem os restos da rádio e televisão continentais, assim talhadas às conveniências políticas do Governo Regional.

Deste modo, estaremos condenados a ouvir na radiodifusão, ou noutras rádios, três, quatro, cinco vezes os discursos do Sr. Presidente do Governo Regional ao inaugurar uns quantos metros quadrados de asfalto e vé-lo-emos, na televisão, provavelmente às 18 horas e 55 minutos e, com certeza, às 20 horas e 35 minutos, a repetir esses mesmos discursos. No dia seguinte leremos nos jornais as reportagens circunstanciadas dos acontecimentos.

*O Big Brother não se tira das nossas casas.*

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Barbosa de Melo.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, encontram-se inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Guilherme Silva e Carlos Lélis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Deputado Marques da Silva, as minhas felicitações pela sua primeira intervenção na Assembleia da República após a sua eleição como deputado nesta legislatura. Mas ao mesmo tempo que o felicito com entusiasmo pelo seu contributo e pela sua intervenção, também o tenho de criticar pela intervenção que produziu.

V. Ex.<sup>a</sup> sabe que os Madeirenses, independentemente de serem do Partido Social-Democrata, do Partido Socialista ou de terem qualquer outra opção política e ideológica, têm uma profunda ligação a Portugal. Sentem-se tão portugueses como os demais e, em termos de comunicação social, quer seja a imprensa, a rádio ou a televisão, comungam do mesmo anseio: que haja, efectivamente, uma maior profusão de canais e de emissoras nacionais na Região.

Não há, da parte do Partido Social-Democrata e do Governo Regional da Madeira, a menor restrição relativamente a essa vontade e a esse desejo. Mas isso não obsta a que também se quira alcançar outros horizontes. Daí que se tenha patrocinado a televisão por cabo, ou seja, que tenha também existido essa preocupação em relação à Madeira, e V. Ex.<sup>a</sup> melhor do que qualquer outra pessoa compreenderá, em termos de insularidade, como a abertura e o acesso às fontes de comunicação internacionais têm o maior interesse.

Com efeito, numa primeira fase, como V. Ex.<sup>a</sup> disse, não há a cobertura integral da Região relativamente ao acesso à televisão por cabo, mas está programado — como, aliás, deve saber, pois essa foi uma preocupação do Governo Regional — que essa cobertura seja integral, o que significa que, no que respeita ao acesso à informação, não haverá madeirenses de primeira e madeirenses de segunda.

V. Ex.<sup>a</sup> utilizou também uma expressão perfeitamente incorrecta e, em consciência, saberá que, na verdade, não há, da parte dos órgãos regionais de comunicação social, designadamente daqueles que entrecruzam a sua actividade com os canais nacionais, uma «tesoura» para separar, no âmbito nacional, o que interessa do que não interessa, com critérios subjectivos ou políticos de discriminação. Há é que conciliar — e temos de compreender que isso é indispensável — programações regionais, tendo em atenção o veículo de informação, a nível regional, às populações, o que não é conjugável com uma permanência total da informação nacional; até porque, nas horas de emissão, não era possível produzir, conciliadamente e na íntegra, a informação nacional com a informação regional. Daí, haver uma selecção e não, como V. Ex.<sup>a</sup> aqui pretendeu fazer crer, «tesouradas» com uma envolvência de natureza sensória..

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> já ultrapassou três minutos.

**O Orador:** — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Por último, quanto às inaugurações, V. Ex.<sup>a</sup> não podia deixar de trazer o grande calcanhar de Aquiles da oposição na Madeira. Realmente, VV. Ex.<sup>a</sup> têm algo de contraditório na vossa posição política. Por um lado, estão sempre a reclamar mais e mais — e ainda bem que fazem, pois nós também fazemos — para as populações, mas ficam absolutamente aterrados e revoltados quando há inaugurações. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> explicasse como é que concilia essas duas vontades.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lélis.

O Sr. Carlos Lélis (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marques da Silva: Não vamos reeditar hoje o debate que, há cerca de duas semanas, aqui foi provocado por um seu homólogo dos Açores. E não vamos reeditá-lo, não porque se trata de V. Ex.<sup>o</sup>, com quem tenho uma relação de amizade e de fraternidade, de há muitos anos, mas por respeito a esta Câmara.

Na verdade, após esse debate a que já fiz uma ligeira referência intercalar, nos corredores, ouviram-se comentários de deputados de todas as bancadas que consideraram que aquele tom de crítica a situações locais específicas, bem como a linguagem utilizada — que, por vezes, tem uma tradução local e deve ser adequada às circunstâncias —, tinham prestado um mau serviço à imagem das Regiões.

Sei que o Sr. Deputado terá ficado impressionado e condicionado pela circunstância de o período da ordem do dia de hoje ser destinado a uma matéria classificada de regional. Daí o Sr. Deputado se ter sentido compelido e limitado a pegar em problemas, questões e pessoas regionais e trazê-las a esta Câmara.

Que fique bem claro, Sr. Deputado, que *de jure* nós somos deputados nacionais. Que fique bem claro que *de facto* nós temos as nossas raízes na Madeira e temos para com ela a responsabilidade e até o conhecimento de transportarmos para esta Casa a imagem da Região, desse modelo de autonomia, que é inovador em Portugal e até em meios internacionais.

Com efeito, alguns problemas que V. Ex.<sup>o</sup> aqui trouxe são preocupações suas, não lhe retiro o direito de as apresentar, mas isso não significa a obrigação de seguirmos as suas palavras à letra e à risca.

Na verdade, Sr. Deputado, a autonomia criou sede, circuitos, canais próximos e imediatos — a Assembleia Legislativa Regional. E a Assembleia a República não é — parece-me e deixo isso à sua reflexão — a sede de recurso para problemas que, por vezes, não tenham tido total aceitação ou vencimento na Assembleia Legislativa Regional.

Sr. Deputado, creio que no seu perfil, que conheço, não está o ter acintes para obter avanços, antecipações para obter ganhos, confrontações ou preço de batalhas que não ganham qualquer guerra regional. Já disse isto noutra oportunidade, quando nos encontrámos em sede de comissão: que um partido como é o caso do PCP irá para aqui intervenções sobre as regiões da Madeira e dos Açores em tom de crítica ao Governo Regional, nos moldes em que o Sr. Deputado fez, entendo e ouço — embora sem calar —, mas que o Sr. Deputado o faça, quando o seu partido é o maior da oposição, ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já ultrapassou os três minutos regimentais.

O Orador: — Sr. Presidente, é hábito a Mesa conceder a tolerância de um minuto.

Como dizia, parece-me um expediente pouco expedito para o caso.

Sr. Deputado, gostaria ainda de tecer outras considerações, mas terci oportunidade de as expor nos próximos anos. Agora, tenho de passar às questões.

O Sr. Deputado falou nos livros. O diploma que foi aprovado pela Assembleia Legislativa Regional, que é da

iniciativa do seu partido, não contemplou suficientemente os livros escolares, mas já aqui está e vai ser analisado. Não lhe parece, Sr. Deputado, que ao resolver o preço dos livros e dos jornais, temos de pensar também no preço unificado dos livros escolares? Deixo-lhe a questão.

Sr. Deputado, no que respeita às rádios, gostaria de dizer que não entendi muito bem a sua posição, mas o meu colega, deputado Guilherme Silva, colocou a questão relativa à expressão «tesoura das rádios regionais». Párce-me que a crítica que V. Ex.<sup>o</sup> fez nem sequer se dirige ao Governo, refere-se aos jornalistas. Certamente, pela minha voz agora, a comunicação social pede-lhe uma explicação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, solicito-lhe que termine. Se atingir os cinco minutos, retiro-lhe imediatamente a palavra.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Salto outras questões, nomeadamente sobre a RTP, na medida em que me parece que muitas vezes quanto mais regional mais universal.

Deixo apenas uma última questão. O Sr. Deputado falou do *Big Brother*. Não esperava essa expressão, tendo em conta o seu perfil e as vivências que tem confirmadas. *Big Brother* é uma metáfora em relação ao poder mediático ou é mesmo uma alcunha a uma entidade governamental?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Marques da Silva.

O Sr. Marques da Silva (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados Guilherme Silva e Carlos Lélis: Agradeço as referências feitas à minha intervenção e vou ser extremamente breve.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Guilherme Silva, direi que a televisão por cabo é bem recebida na Madeira. Mas, do meu ponto de vista, há aqui uma questão de opção e o Partido Socialista considera ser fundamental, primeiro, criar dois canais de televisão que sirvam a ilha: um com uma vertente essencialmente regional, com produção regional dirigida aos Madeirenses e buscando as suas raízes na cultura madeirense, o outro mais ligado à nossa Pátria Māe. É esta a nossa posição.

No entanto, o que se verifica é que há mais pressa em introduzir uma televisão por cabo do que em aceitar o 2.º canal continental.

Relativamente às inaugurações — e não queria levantar aqui uma discussão que, de alguma forma, viesse a infringir o clima de fraternidade que deve existir entre nós, Madeirenses —, seria absolutamente cego da minha parte negar o trabalho que foi feito pelo Governo Regional no que respeita, por exemplo, ao desenvolvimento viário. Todavia, quanto a mim, há aqui um aspecto de opção, e dou-lhe, Sr. Deputado, um exemplo muito concreto: o do viaduto de Porto Novo. É, sem dúvida, uma maravilha atravessar este viaduto; quando o atravesso com o meu carro, embora seja muito fraquinho, parece que levanta voo!...

O viaduto foi feito com a colaboração da CEE e do Governo Regional, fez-se uma grande inauguração, mas a verdade é que através dele chego cinco minutos mais cedo ao Funchal.

Lembro-lhe, Sr. Deputado Guilherme Silva, que visitei toda a orla da cidade do Funchal e constatei que há uma cidade turística, que possivelmente o Sr. Deputado não conhece.

As zonas altas do Funchal são zonas extremamente ca-renciadas: há ladeiras íngremes, que os carros sobem com extrema dificuldade e com grande perigo. Assim, creio que se estivesse no Governo a minha primeira opção seria a de criar uma grande estrada de circunvalação que servisse todas estas regiões e as pessoas que todos os dias se deslocam ao Funchal e que, com grande dificuldade, regressam à tarde às suas casas, atravessando esse maravilhoso viaduto de Porto Novo, subindo estas íngremes ladeiras, sujeitando-se a perigos.

Ao Sr. Deputado Carlos Lélis Gonçalves, meu colega desde os tempos de liceu, direi, em primeiro lugar, que, fazendo a Madeira e os Açores parte do território nacional, não quero trazer para aqui os problemas pequenos relativos às freguesias *x* ou *y*; tenho obrigação de levantar os problemas que, dentro da Madeira ou dos Açores, respeitam ao todo nacional, e um deles é, sem dúvida, a comunicação.

Em relação aos livros escolares, Sr. Deputado Carlos Lélis Gonçalves, está previsto no projecto de lei do Partido Socialista que os livros de carácter pedagógico tenham um preço igual aos do continente.

Relativamente à expressão *Big Brother*, eu não quis, de maneira alguma, referir-me a uma alcunha mas, sim, ao aspecto de certo modo obsessivo como nós, Madeirenses, sentimos a presença do Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Marques.

**O Sr. Rui Marques (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sendo a primeira vez que uso da palavra nesta Assembleia, queria, antes de mais, saudar o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, o público e a comunicação social presentes, bem como todos os funcionários desta Casa.

Fui eleito pelo círculo eleitoral de Aveiro, que aqui represento, e porque me cumpre trazer a esta Assembleia um assunto de âmbito local ou regional entendi oportuno e lógico que o problema a abordar diga respeito a esta mesma região.

É, pois, nessa perspectiva que venho denunciar a tentativa de implantação de uma área de serviço junto de umas captações de água para distribuição domiciliária.

A Associação de Municípios do Carvoeiro, constituída em 1986, é uma associação de seis municípios da região do Baixo Vouga — Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Murtosa, Ílhavo e Águeda —, que tem como objectivo principal a distribuição de água em alta a uma população superior a 200 000 habitantes.

O Sistema Regional do Carvoeiro, que custará aproximadamente 3 milhões de contos, tem as captações de água situadas no leito do rio Vouga, junto à povoação de Carvoeiro.

Pese embora o facto de os estudos técnicos terem sido iniciados na década de 70, só em 1989 começaram as obras, tendo-se já cerca de 1 milhão de contos de obra executada e estando prevista a sua conclusão para 1993.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, sucede, porém, que a Junta Autónoma de Estradas (JAE), em 1985, abriu concurso público para implantação de uma área de serviços, com abastecimento de combustíveis para um troço do IP-5 (Aveiro-Vilar Formoso).

Dos vários concorrentes (julgo que 12), a JAE escolheu aquele que se propôs construir a área de serviço mesmo junto das captações de água e decidiu atribuir a concessão, embora a título precário.

A precariedade referida implica que o concessionário entregasse, no prazo máximo de um ano, um conjunto de pareceres de diferentes entidades, tal como a lei obriga, e que, como se sabe, são vinculativos.

De todas estas entidades uma há cujo parecer não é favorável. Trata-se da Direcção-Geral de Recursos Naturais (DGRN), que emitiu um parecer negativo porque os processos coincidiam espacialmente e, sobretudo, porque se corria o risco de afectar a qualidade da água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Associação de Municípios do Carvoeiro vem-se opondo, desde o início, a tal concessão!

Todos os municípios associados, com exceção de um, têm individualmente, através das suas assembleias municipais e ou, dos seus executivos, assumido posições de total discordância no que concerne à intenção de implantar a área de serviço naquele local.

O Sr. Deputado Macário Correia, aqui presente, primeiro como Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais e depois como Secretário de Estado do Ambiente e Defesa do Consumidor — justiça se lhe faça! —, sempre manifestou discordância quanto à pretensão da JAE!

**O Sr. Macário Correia (PSD):** — É verdade!

**O Orador:** — Ainda ontem, em conversa informal, reiterava tal posição!

O Sr. Prof. Carlos Borrego, também ele, enquanto responsável pelo Gabinete da Ria, se mostrava concordante com a defesa da qualidade daquela água. Como ministro, julgo que mantém a mesma postura!

Não obstante, a JAE teima em que a área de serviço se deve mesmo construir no local em questão, tendo na passada semana dado um parecer desfavorável ao pedido da Associação de Municípios do Carvoeiro para construir, no local, a estação de tratamento de águas, porque — e passo a citar — «o local de implantação da estação de tratamento de águas é coincidente com uma área de serviço já concessionada pela JAE após realização de concurso público».

Tal parecer, por vinculativo, implica o indeferimento. A fundamentação, contudo, não é correcta! Primeiro, porque o Sistema Regional do Carvoeiro nasceu muito tempo antes do concurso público para a concessão em causa; segundo, porque a precariedade da concessão contém um condicionalismo que implica a observância de um prazo, cujo incumprimento determina a sua caducidade; terceiro, porque sempre caberá à Administração Pública, na esfera da sua actuação e perante um conflito de interesses, fazer prevalecer aquele que melhor servir o interesse público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mesmo admitindo que possam vir a ser encontradas soluções técnicas minimizadoras dos riscos, a Associação de Municípios do Carvoeiro, a que venho presidindo desde a sua constituição, não pode accitar que se ponha em causa a qualidade da água a distribuir a 200 000 habitantes.

Sabemos que existem alternativas ao local escolhido pela JAE, até porque outros concorrentes as apresentaram.

Esta atitude prepotente e inadmissível da JAE merece a nossa total reprovação!

Daí que para o bom andamento das obras em curso, para ultimação do projecto da estação de tratamento de águas e para garantia e descanso dos futuros consumidores, pretende-se que o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e o Ministério do Ambiente e

Recursos Naturais alcancem um entendimento sobre esta questão!

A Associação de Municípios do Carvociro manifesta desde já total disponibilidade para o encontrar!

*Aplausos do CDS.*

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Pela primeira vez que aqui falou, o Sr. Deputado Rui Marques saudou a Mesa, a Câmara e todos os funcionários desta Casa.

Em nome de todos nós, desejo ao novel deputado uma carreira cheia de êxitos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Miguel.

**O Sr. Vasco Miguel (PSD):** — Sr. Presidente, em primeiro lugar, no início desta legislatura, dirijo palavras de saudação a V. Ex.º, à Mesa e a todos os colegas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Algumas vezes tenho usado aqui da palavra para lamentar ou mesmo para suscitar problemas que têm aflijido as populações do Oeste, procurando sempre apresentar as soluções mais adequadas para a sua resolução, dentro das nossas perspectivas ou em colaboração com aqueles que mais directamente são afectados ou, porventura, com os mais empenhados no equacionar das causas que, em cada momento, constituem os travões ao desenvolvimento da região onde nos situamos.

Recentemente tivemos eleições. O PSD do Oeste fez um estudo sério e aprofundado e elaborou um documento que nos permitiu fazer uma campanha equilibrada e, acima de tudo, não demagógica, salientando, no entanto, alguns aspectos que nos pareciam ser as traves-mestras para o desenvolvimento, as quais constituíram, afinal de contas, as nossas promessas de concretização ao eleitorado se em nós depositassem confiança.

Porque assim aconteceu, tem esta minha intervenção a finalidade única de alertar para a urgência de se implementar tudo o que afirmámos, particularmente a rede viária, com incidência para o IC-1 (troço entre Malveira, Torres Vedras e Peniche), o IC-11 (Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Arruda e Vila Franca) e ainda para a melhoria do troço Cadaval-Alenquer.

A linha ferroviária também não pode esperar mais tempo pela modernização que anunciamos! Não temos dúvidas de que tudo isto vai ser feito! O que pedimos é que seja o mais depressa possível, porque sem bons acessos não há desenvolvimento.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os oestinos são sensíveis às questões sociais. Neste campo é necessário continuar o esforço que tem vindo a ser feito ao nível da terceira idade e iniciar algo na área de lares para deficientes profundos. O número de centros de saúde, mesmo depois das novas aberturas, ainda não satisfaz as necessidades. E para que o novo hospital distrital funcione em pleno terão de lhe ser disponibilizados mais recursos humanos e financeiros.

As potencialidades do Oeste são enormes em diversos sectores económicos, mais concretamente nas áreas do turismo e da agricultura. Infelizmente, o grande papel que cabe às autarquias em relação ao sector do turismo não está a ser cumprido!

Muitos dos nossos recursos naturais, incluindo o riquíssimo património histórico-cultural, com realce para alguns centros históricos de algumas nossas aldeias e vilas, continuam numa perfeita situação de abandono e ruína!

A falta de uma política de preservação e promoção do artesanato tem feito com que este tenha vindo a acabar!

Na área das praias, termas e serras terá de haver, da parte das autarquias e do Governo, um maior empenhamento para que se ponha fim ao caos que, entretanto, vai reinando.

A grande aptidão agrícola da zona oeste, tanto pela qualidade física dos seus solos como pelas condições climatéricas excelentes, fez com que o grande vector económico se situasse, desde sempre, na agricultura. Entre as culturas agrícolas merecem destaque a vinha, os pomares de pormocas, as culturas horto-frutícolas, o sector agropecuário e ainda a pesca artesanal (que tem, sem dúvida, grande relevância).

Com a nossa adesão à CEE estamos sujeitos, naturalmente, à PAC, que constitui um mecanismo de natureza global que pretende atingir determinados objectivos, ainda acompanhados por dispositivos que permitem o acompanhamento e a realização do seu grau de avaliação em cada momento.

Pensamos, no entanto, que, apesar de todas estas condicionantes impostas pela PAC, devem ser negociados planos de desenvolvimento regional (PDR), que permitam, para além de uma boa utilização dos fundos comunitários, uma justa e coerente aplicação dos recursos humanos e financeiros disponibilizados pelo Governo, no sentido de provocar uma melhoria efectiva na qualidade de vida dos agricultores, pelo que preconizamos, para além do muito que tem sido feito, o seguinte: uma maior e urgente dinamização das equipas técnicas; a certificação de origem e diversidade dos produtos regionais; uma melhoria das estruturas dos serviços do Ministério da Agricultura; a implementação e dinamização da agricultura associada; uma política de preços adequada; a adaptação de novas culturas; a instalação urgente de mercados abastecedores; um grande empenho na dinamização do sector cooperativo; a criação de um banco de dados, com preços e produções regionais e nacionais; a divulgação dos produtos agrícolas regionais; um programa específico para a pêra rocha, com ajudas substanciais; um apoio à modernização das adegas cooperativas e agricultores privados na produção dos vinhos VQPRD e, finalmente, a construção de um cais de apoio à pesca artesanal.

Também pretendemos acabar, de uma vez por todas, com o mercado paralelo dos produtos horto-frutícolas e do vinho, que estão a inviabilizar todas as estruturas organizadas, implementando um novo protocolo de saneamento para as adegas cooperativas para estas poderem sobreviver à actual baixa do preço do vinho; diligenciar em Bruxelas para que a destilação vírica que está a decorrer inclua todas as inscrições.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Queria ainda referir que a região Oeste tem grandes tradições desportivas no chamado desporto ao ar livre, concretamente no futebol, no ciclismo e no atletismo. É necessário, é urgente que haja, por parte do Governo, uma vontade concreta em ajudar a tornar o sonho dos atletas e de todos os jovens do Oeste amantes do desporto uma realidade! O projecto existe, temos de vencer a inércia!

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O Oeste merece tudo isto! Lutaremos empenhadamente até o conseguirmos!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

**O Sr. André Martins (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: O problema que hoje pretendemos trazer à Assembleia da República tem directamente a ver com a qualidade de vida de centenas de milhares de pessoas que quotidianamente circulam no espaço físico da Área Metropolitana de Lisboa.

Para além do sofrimento evidente de todos aqueles que pendularmente atravessam o rio Tejo, preocupa-nos ainda a forma pouco clarividente como o Governo equaciona os problemas do novo atravessamento do Tejo.

A actual Ponte 25 de Abril constitui um importante marco no crescimento urbano do território nacional. Mas os efeitos produzidos por este atravessamento do Tejo conduziram a uma situação insustentável. A utilização actual do tabuleiro rodoviário da ponte sobre o Tejo exaspera diária e ininterruptamente todos os que têm necessidade de se deslocar entre as duas margens do rio. Julgamos que não necessitamos de ocupar mais tempo, do nosso tão reduzido espaço de intervenção, a descrever o autêntico tormento que constitui a deslocação pendular de inúmeros utilizadores, uma vez que a situação é do domínio público e dura há demasiado tempo.

Já em 1988 o Plano Integrado de Desenvolvimento para o Distrito de Setúbal, da responsabilidade da Associação de Municípios do distrito, referia a necessidade urgente de um novo atravessamento do Tejo, pretensão rejeitada pelo Governo. Por isso, foi com alguma estupefacção que assistimos, em vésperas eleitorais e em plena febre de lançamento de obras públicas, ao anúncio formal do estudo de um novo atravessamento do rio Tejo — pelo mesmo Governo mas por um ministro remodelado.

Desde então muitas dúvidas nos têm surgido quanto à correção e transparência do processo. Como e qual a articulação estabelecida entre o gabinete criado para elaborar os estudos do novo atravessamento e um vasto conjunto de entidades e os estudos realizados, ou em curso, como sejam o Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, o Plano Rodoviário Nacional e o Plano Integrado de Transportes da Região de Lisboa?

Com o decorrer do processo, as nossas dúvidas têm-se avolumado. Cresceram com a polémica inicial sobre o tipo de construção a edificar (ponte ou túnel) e respectivas vantagens e desvantagens; engrossaram com o prolongamento do período dos estudos e com a indicação dos corredores em análise; baralharam-se quando apontaram primeiramente para o designado corredor nascente, confundiram-se quando assistimos a nova cambalhota e nos indicavam que o corredor central era o que reunia maior consenso, continuaram quando se soube que afinal se completaria o salto mortal e a preferência recaía, no fim de contas, sobre o corredor nascente.

A tutela manda então preparar o caderno de encargos e o estudo de impacte ambiental. Mas a decisão já estava tomada. Justifica-se que a obra é fundamental e o processo não pode parar. Não se espera pelo estudo de impacte ambiental para os três corredores. As nossas preocupações aumentam ainda mais quando tomamos conhecimento, pelos órgãos de comunicação social, que o Governo negocia há seis meses o financiamento comunitário para o projecto do corredor nascente. A confusão é geral e atinge os próprios ministros. Srs. Ministros, por favor, entendam-

-se, a bem da qualidade de vida das populações e do interesse nacional!

Fala-se da criação de *lobbies* no interior do próprio Governo. Desconhece-se, entretanto, quais são os objectivos do ministério quanto ao novo atravessamento.

A propósito deste processo, manifestam-se inúmeras vontades. São as autarquias, as associações ambientalistas e os próprios órgãos da administração central. Qual a receptividade encontrada? Será que não estamos de novo em face de um comportamento e de uma atitude que já conhecemos e cujo exemplo recente mais flagrante é o do processo de discussão pública do estudo de impacte ambiental relativo ao IP-7? Para o Governo, afinal, qual é o valor da legislação sobre o ambiente? Nós já sabemos que o peso do Ministro Bórgua é apena e tão-só o da irreverência ...

Há duas semanas, em Évora, quando várias entidades e associações se reuniam para discutir publicamente o estudo de impacte ambiental do IP-7, tomou-se conhecimento, através de um representante da Junta Autónoma de Estradas convidado a participar, de que o Sr. Secretário de Estado da tutela já havia despachado o assunto poucos dias após o início do processo de consulta pública. Situações como esta em nada dignificam o Estado Português aos olhos dos seus cidadãos que minimamente acreditam num estado de direito.

O Governo tem o dever e a obrigação de respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor. Se o Governo não pretende acatar os pareceres e as apreciações das comissões consultivas encarregues de os emitir sobre os estudos de impacte ambiental, o mínimo que se lhe pode exigir é o de as ouvir e só então decidir, mesmo que as venha a contrariar.

**Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados:** Exposta a situação, não queremos deixar de manifestar a nossa apreciação face ao problema de relevante interesse regional e nacional que aqui trazemos.

É nosso entendimento que importa assegurar desde já, uma vez que não podemos retroceder no tempo, a correcta integração da problemática do novo atravessamento do Tejo numa vasta e complexa rede de conexões com objectivos de ordenamento do território e desenvolvimento regional e nacional e de acordo com estudos que decorrem nesse sentido, o que não se compadece com definições simplistas quanto a aspectos essenciais do projecto, bem como quanto a intenções voluntaristas próprias de um ministro «pato bravo».

Sem nos pretendermos substituir às equipas técnicas abalizadas para estudar profundamente as questões, julgamos que é fundamental definir-se de uma vez por todas o tipo de atravessamento que melhor serve a região da área metropolitana, o interesse nacional e os modos de transporte mais adequados, contribuindo assim para uma correcta e equilibrada política de ordenamento do território, por forma a permitir uma requalificação do tecido urbano da Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo no que concerne às áreas ribeirinhas, e concluir-se então com um sério e rigoroso estudo de impacte ambiental, que não sirva apenas para o «pagode» discutir mas que atenda também aos elevados valores do património natural e cultural da Área Metropolitana de Lisboa.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está esgotada a ordem de trabalhos de hoje.

Na próxima semana haverá uma sessão de boas-vindas à Primeira-Ministra da Noruega, a realizar na terça-feira à tarde, e trabalho de comissões na terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, voltando a Assembleia a reunir em sessão plenária na sexta-feira, para uma sessão de perguntas ao Governo.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 13 horas.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Adérito Manuel Soares Campos.  
Adriano da Silva Pinto.  
António Moreira Barbosa de Melo.  
Aristides Alves Nascimento Teixeira.  
Carlos Manuel Duarte Oliveira.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Fernando José Roque Correia Afonso.  
Jaime Gomes Mil-Homens.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José Mário Gaspar.  
Manuel Albino Casimiro de Almeida.  
Maria Fernandes Correia da Mota Pinto.  
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.  
Telmo José Moreno.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Manuel Avelino.  
Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
António Crisóstomo Teixeira.  
António Domingues Azevedo.  
António Luís Santos Costa.  
António Poppe Lopes Cardoso.  
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Fernando Manuel Lúcio Marques da Costa.  
José A. Martins Goulart.  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.  
Leonor Coutinho Pereira dos Santos.  
Raul Fernando Sousa da Costa Brito.  
Rogério Conceição Martins.  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Luís Manuel Silva Viana de Sá  
Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.  
Miguel Urbano Tavares Rodrigues.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):**

Isabel Maria de Almeida e Castro.

*A Divisão de Redacção.*



# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

---

PREÇO DESTE NÚMERO 130\$00

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Mário de Melo, 5 — 1092 Lisboa, Código